



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 04

Sessão Ordinária Novembro/Dezembro

2.ª reunião em 22/12/2017

Aos vinte dois do mês de Dezembro do ano dois mil e dezassete, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pelas Primeiro Secretário, Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia e Segunda Secretário Daniela Marisa Pereira de Magalhães, e com a presença dos Vogais, Henrique Manuel Morais Diz, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Maria da Glória Oliveira Neto Leite, Francisco José da Silva Ferreira, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Nuno Frederico Miranda Leite, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Ana Cláudia Pinto Oliveira, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Fernando Sérgio Ferreira Carvalho, Antero Marques dos Santos, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho de Seíça Neves Ferreira, Raúl Ventura Martins, Sílvia Saraiva Carvalho Martins, Marília Fernanda Correia Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sara Sandra Resende Tavares, António Augusto Cruz de Aguiar, Paulo Fernando Cunha Trindade, Virgínia Maria Melo Matos, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, António Manuel Santos Salavessa, e Rui Carlos Medeiros Alvarenga.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião não houve faltas de deputados.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, José Agostinho Ribau Esteves, e os Vereadores Ana Rita Félix de Carvalho, João Filipe Andrade Machado, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Manuel Oliveira de Sousa, João Francisco Carvalho de Sousa, Joana da Fonseca Valente.

Faltou nesta reunião da sessão o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola e o Vereador Luís Miguel Capão Filipe.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta sessão dos vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Rita Alexandra Monteiro Baptista, e Filipe Seíça Neves Barbado Guerra, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Ana Cláudia Pinto Oliveira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Sílvia Saraiva Carvalho Martins, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, e António Manuel Santos Salavessa.⁰⁰²

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Henrique da Rocha Vieira e João Carlos Rodrigues

Morgado, se fizeram substituir nesta reunião da sessão por, Nuno Frederico Miranda Leite e Paulo Fernando Cunha Trindade.

Os sucedâneos nas listas de candidaturas, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Emília Cristina da Cunha Gonçalves, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, e Andreia Patricia Pereira da Fonseca, pediram escusa.

Foram efetuados o reconhecimento de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia, deu continuação à *Ordem-do-dia* para esta Sessão Ordinária de Novembro/Dezembro, cujos pontos se transcrevem.

- Ponto 3 – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2018;**
- Ponto 4 – Apreciação e votação da proposta da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2018;**
- Ponto 5 – Apreciação e votação da proposta de Derrama 2018;**
- Ponto 6 – Apreciação e votação da proposta de Participação variável no IRS – Ano 2018;**
- Ponto 7 – Apreciação e votação da proposta da Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2018;**
- Ponto 8 – Apreciação e votação da proposta de Atualização de Taxas - RUMA (Regulamento Urbanístico do Município de Aveiro) e RMTOR (Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas);**
- Ponto 9 – Apreciação e votação da Adenda aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Aveiro e as Juntas de Freguesia de Esgueira, Requeixo, N^a Sra de Fátima, Nariz, e Santa Joana, de 2017;**
- Ponto 10 – Apreciação e votação dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Aveiro e as Juntas de Freguesia do Município de Aveiro para 2018;**
- Ponto 11 – Apreciação e votação da proposta de prestação de serviços na área dos seguros – autorização de repartição de encargos para os anos 2018 a 2021;**
- Ponto 12 – Apreciação e votação da Delegação da Competência Genérica para autorização prévia de compromissos plurianuais no Presidente da Câmara;**
- Ponto 13 – Apreciação da Declaração da alteração por adaptação ao PDM para compatibilização com o Programa da Orla Costeira - Ovar Marinha Grande;**
- Ponto 14 – Proposta de Recomendação à Câmara - anunciada pelo grupo municipal BE;**
- Ponto 15 – Propostas de Recomendação à Câmara - anunciadas pelo grupo municipal PAN.**

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Ponto 3 – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2018.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião ordinária pública, realizada em 07/12/2017, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuído a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁰³ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação das Grandes Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal para 2018.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁴

Muito obrigado Senhor Presidente. Boa noite a todos. Farei com esta intervenção a introdução aos pontos 3 4 5 6, 7 8. Portanto não farei intervenção de introdução aos outros pontos.

As Grande Opções do Plano e Orçamento para 2018, assume uma dimensão financeira total de 90 milhões de euros, arredondando os números, dos quais cerca de 20 milhões respeitam à receita de recebimento do empréstimo do FAM e ao pagamento da dívida que está agregada pelo que estamos a falar de uma de uma verba para executar nas operações de 2018 (deixem passar a expressão) de cerca de 70 milhões de euros.

A nossa Câmara neste exercício próximo, que obviamente dá continuidade a muitas das ações de 2017 e seguramente, muitas delas terão continuidade para 2019 dada a natureza de muitas matérias, tem um assento muito relevante, de cerca de cinquenta por cento do valor das grandes Opções do Plano que anda perto dos 60 milhões de euros em áreas que consideramos prioritárias, nomeadamente na área da Saúde com o milhão de euros. Sabendo que na área da Saúde, a maior parte dos investimentos que são muitos são pequenos unitariamente e são financiados pelos Fundos Comunitários do Centro 2020, nomeadamente qualificações de Extensões de Saúde e Unidades de Saúde Familiar.

Uma outra área a que chamamos Ria e Mar, que tem uma verba de 2,6 milhões de euros. Com várias intervenções, basicamente ou maioritariamente ligadas às operações de qualificação do nosso sistema de eclusas dos canais urbanos, do canal dos Botirões que é a próxima grande obra que vamos lançar na 1ª reunião de Janeiro é lançado esse concurso e também a associação do objetivo daquilo a que chamamos a estrada Dique que é toda aquela marginal ou frente da Ria, como queiramos, que nos leva da Marinha da Troncalhada até à zona do CMIA.

Uma terceira área é a área da Ação Social e da Habitação Social, com uma dimensão financeira de 2,8 milhões de euros. Sabendo que a maior parte desta verba é exatamente para a área da habitação social e maioritariamente também dessa componente, trata-se de investimentos participados também pelos fundos comunitários do Centro 2020, no quadro do PEDUCA, e maioritariamente em operações de qualificação no nosso bairro social de maior dimensão que é o Bairro de Santiago.

Na Cultura e no Turismo, temos uma verba total de cerca de 4 milhões de euros. A Cultura tem uma diversidade muito grande de operações. A maior parte nesta área são eventos e realizações, não são exatamente obras. E há nesta dimensão, obviamente, um conjunto de operações que queremos continuar a desenvolver, em crescendo quantitativo e qualitativo, ligado a operações como a gestão do Teatro Aveirense ou a eventos tão relevantes quanto o Festival dos Canais, entre vários outros.

Na Educação. A verba total é de 6 milhões de euros e aí a maior parte da verba tem a ver com qualificação do Parque Escolar. As intervenções que estão em curso já e que terão ainda uma expressão financeira e física de execução muito relevante em 2018, a saber as obras de requalificação da secundária Jaime Magalhães Lima e da EB 2/3 João Afonso de Aveiro e a nova Escola Básica de 1º ciclo de São Bernardo integrada na EB 2/3. Além do lançamento quer em termos de execução de projeto e lançamento de concursos de mais 7 operações de qualificação e ampliação de unidades escolares importantes no nosso município. E esta opção está tomada, independentemente de termos ou não termos reforço nas dotações de fundos comunitários para a Educação.

Os sinais vão sendo cada vez mais negativos. Infelizmente, as verbas disponíveis, o Governo vai desviando-as para outras áreas, nomeadamente para as áreas do financiamento da estrutura do Ministério da Educação e da estrutura da Segurança Social, além da quota que foi retirada do FEDER de forma inacreditável, para financiar com 25 milhões de euros, na 1ª fase, para financiar os municípios que tiveram graves afetações pelo pelos incêndios — tendo nós defendido que devia ser um Programa Operacional Nacional ou Fundos de Emergência do Orçamento de Estado que deviam ser acionados e não os Fundos de Desenvolvimento Regional do Programa Operacional do Território, mais afetado flagelo gravíssimo que foram os incêndios de Julho e de Outubro. A sexta área que é também aquela que tem maior dimensão financeira de investimento e requalificação urbana, onde incluímos melhor dizendo a qualificação da rede viária. E aqui há uma parte alimentada por Fundos Comunitários, nomeadamente toda a área respeitante às operações do PEDUCA, com várias intervenções em espaço público e as outras tem a ver com intervenções de requalificação urbana por todo o município e qualificação da rede viária e todas essas operações não são comparticipadas por fundos comunitários.

Portanto é de outra receita do nosso Orçamento que nós alimentaremos o investimento destas áreas.

Portanto há sempre uma presença muito importante dos Fundos Comunitários, daquilo que já temos contratado, que tem estado em fase diferenciada de desenvolvimento, umas já em execução da obra, outras ainda em desenvolvimento de projeto ou em desenvolvimento concurso. Mas, obviamente, à medida que o tempo vai andando, vamos aumentando a maturidade das operações e obviamente, vai aumentando a dimensão financeira de execução dessas mesmas as operações.

Além dessas há outras operações muito importantes para o município que são comparticipados pelo município, mas que não o têm como titular. E dessas, o destaque vai para as operações do Baixo Vouga Lagunar (as duas operações do Baixo Vouga - Ponte Açude do Rio Novo do Príncipe e o sistema de defesa primário do Baixo Vouga Lagunar). Sabendo que aquela que está mais madura foi anunciada esta semana a sua adjudicação definitiva, vai agora o processo do contrato para Visto do Tribunal de Contas, é exatamente a Ponte Açude do Rio Novo do Príncipe. Operação com 7 milhões de euros de investimento e que nós seremos uma parte importante. Nós, o nosso Orçamento, vai ser uma parte importante de financiamento da contrapartida nacional. Cerca de 90 por cento da contrapartida nacional que para já é de 3 milhões de euros, portanto cerca de 2,7 milhões de euros desse investimento será assumido por nós e, portanto, há uma rubrica no nosso Orçamento onde estão todas as transferências de capital para a Comunidade Intermunicipal por onde alimentamos a nossa participação nos projetos de natureza intermunicipal. Esta que acabo de referenciar vai ser sobre o ano de 2018, aquela que tem maior envergadura financeira, embora também vai cair sobre 2019 um bocadinho sobre 2020 dado que o prazo de execução da Ponte Açude do Rio Novo são 24 meses.

E portanto, fazer esta nota que há uma parte importante de comparticipação de investimentos que têm como entidade titular a nossa a nossa Comunidade Intermunicipal e, obviamente, por esta via, por essa rubrica, nós alimentamos financeiramente as operações com a nossa comparticipação.

Dar notícia, meia-volta falamos aqui e com razão, tivemos hoje da primeira reunião de trabalho com a empresa que ganhou o concurso para a elaboração do nosso novo site que é uma peça que nos faz muita falta, precisamos muito dela, tivemos hoje mesmo a primeira reunião de trabalho com a empresa que ganhou o concurso e que está a fazer esse trabalho.

Obviamente que além das ações materiais de construção financeira há uma importância relevante de ações imateriais, umas sem expressão financeira, nomeadamente tudo aquilo que tem a ver com a reforma do planeamento, com a revisão do PDM em peça central, mas com outras importantes Carta Educativa, Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, entre outros. Que é uma das operações mais importantes que temos para executar no próximo ano de 2018.

Outras, nomeadamente no âmbito da Ação Social, umas sem expressão financeira e outras com tudo aquilo que tem a ver com utilização do fundo de apoio às famílias que é um instrumento que vamos continuar a usar de forma complementar aos outros instrumentos que o Estado através do Ministério da Segurança Social tem ao dispor e em utilização pelos cidadãos que delas necessitam.

Portanto há a esse nível uma variedade de políticas com expressão financeira umas mais que outras, mas todas elas de grande importância.

Temos também um conjunto de áreas novas de investimento. Enfim, escolhi três para referenciar. Uma que já cá falámos ainda na quarta-feira, que é todo o processo da candidatura de Aveiro a Capital Europeia da Cultura em 2027. Que é um processo que tem muito de investimento para fazer o primeiro dos quais já estamos a adjudica-lo ainda em 2017, que é a elaboração do nosso Plano Estratégico da Cultura. É uma peça que não é só para essa candidatura. Precisamos dela. É uma peça necessária, absolutamente necessária, mas obviamente vamos fazê-la porque ela é necessária para essa candidatura, mas também porque ela é necessário muito importante para toda a nossa operação de gestão cultural que queremos desenvolver e qualificar.

A segunda tem a ver com a nova política ligada aos animais de companhia. Um tema que é importante e tem sido recorrente. Portanto, temos assumido pela primeira vez essa área, como área de política municipal, autonomamente considerada, integrada no capítulo das políticas de Ambiente e com rubricas específicas, quer na caracterização dos objetivos quer na referenciação financeira daquilo que é, enfim, a necessidade para alimentar os objetivos estão definidos.

E a outra que destaco é a operação de Aveiro Smart City que é uma operação de grande importância que no início não vai ter uma grande expressão financeira, mas esperemos que corram bem as operações de conquista de participações, nomeadamente das iniciativas comunitárias, geridas diretamente pela Comissão Europeia, para virmos a ter essa operação com uma expressiva dimensão financeira no quadro de uma operação de parceria que estamos a desenvolver com o eixo-central, assente na relação da Câmara Municipal de Aveiro com a Universidade de Aveiro, e depois com peças agregadas muito importantes, nomeadamente o Instituto de Telecomunicações, a Altice, a Nokia, e a Inovaria, que compõem as 6 entidades do núcleo central do desenvolvimento desta operação Aveiro Smart City dado que, obviamente, o que está em causa é pegarmos e trabalhámos no ecossistema que temos nesta área no nosso município e, portanto, os nossos parceiros são absolutamente fundamentais para esta operação.

Portanto esta é uma proposta que assume em simultâneo o processo de recuperação financeira da Câmara Municipal, o cumprimento do programa de ajustamento municipal. O parecer positivo do Fundo desta vez claramente obrigatório aponta para isso. As reservas que, chamadas de atenção, que vão ser obviamente devidamente geridas e monitorizadas, como o próprio parecer referência na execução, são para nós recebidas com todo o gosto e com toda a tranquilidade e quer nós, quer o fundo, sabemos à partida que a execução vai confirmar que as opções estão bem-feitas e que não há motivo para essas mesmas reservas.

Que obviamente são sensatas, são relevantes, mas que estamos tranquilos por aquilo que sabemos que vai acontecer na execução deste plano e deste orçamento.

Ao mesmo tempo que estamos a fazer recuperação financeira e que estamos a reduzir a nossa dívida e que estamos a cumprir o nosso PAM, vamos estar obviamente a fazer investimento tirando o máximo proveito possível dos Fundos Comunitários do Portugal 2020 e também do Europa 2020 no que respeita às iniciativas comunitárias, quer obviamente realizando outros investimentos que não são passíveis de financiamento não são elegíveis, mas obviamente também são importantes e temos capacidade financeira para o fazer sempre numa atitude de crescimento da qualidade dos serviços prestados aos nossos concidadãos.

Neste quadro orçamental a estrutura da nossa receita é simples e clara. É muito similar àquela que tem alimentado a execução do plano e orçamento que agora se está a esgotar de 2017 e, portanto, o chamado pacote fiscal daquilo que tem a ver com as decisões que temos que tomar têm uma importância capital. Aquilo que trazemos de proposta à Assembleia Municipal é a manutenção de toda a estrutura desse mesmo pacote fiscal, cumprindo em primeira instância as nossas obrigações legais, ao abrigo da utilização do fundo de apoio municipal e da execução do nosso programa de ajustamento municipal. Com uma perda que também deriva exatamente da plena execução do programa de ajustamento municipal que é exatamente o IMI familiar.

Propusemos o IMI familiar, justificámos da melhor maneira possível a sua importância e o seu enquadramento socioeconómico, mas enfim, de forma particularmente taxativa e linear, o Fundo entendeu não reconhecer o seu enquadramento legal e considerá-lo ilegal e por isso, deu parecer negativo à sua utilização. E, portanto, o desvio positivo que levamos na execução do nosso IMI que é de cerca de 3,4 milhões de euros em relação à receita prevista no PAN, nós estávamos apenas a dispensar cerca de 0,4 (400 mil euros) mas enfim o entendimento claro e cristalino, enviámos para a Assembleia Municipal o parecer do fundo, e é que não há enquadramento legal para que o município de Aveiro possa fazer.

Portanto o resto é o que já sabemos. É a taxa máxima disponível na Lei, que é também para nós a nossa taxa mínima possível, que é 0,45%. E, portanto, é o que está aqui em relação a todas as outras operações. Derrama, Participação no IRS, Taxa Municipal Direitos de Passagem.

Portanto, aplicamos o que está em vigor e aquilo que nos manda as nossas obrigações para com o processo FAM.

E no que respeita à atualização das taxas RUMA e RMTOR aí é a simples aplicação do índice de preços ao consumidor.

Portanto temos o pacote fiscal estável. E, obviamente, estamos apostados, falei nisso anteontem aqui no quadro do Orçamento de Estado (hoje já promulgado pelo Presidente da República) falta apenas agora ser publicado seguramente será para estar em vigor no dia um de Janeiro.

Pronto vamos trabalhar, em primeiro lugar na boa execução do nosso programa. Ele tem de continuar a ser bem executado, com desvios positivos na receita e na despesa, para que, quando chegar o momento lá para meados do ano quando iniciarmos a construção da proposta orçamental para 2019, com a Conta de Gerência de 2017 já em cima da mesa, possamos no âmbito do processo da revisão do Programa, defender a proposta que já está assumida de baixarmos a nossa taxa de IMI para 0,4. Enfim, podemos ter esse alívio da carga fiscal, utilizando o desvio positivo que atualmente é de 3,4 milhões e, portanto, prescindindo de cerca de 2 milhões que é quanto vale essa passagem de 0.45 para 0.4 que se aplicará apenas na cobrança de 2019 — e se demonstrarmos, nos termos da quase lei do Orçamento de Estado a nossa capacidade de continuarmos a cumprir as obrigações definidas no PAM com essa perda de receita.

Portanto, é neste quadro de desenho orçamental que apresentamos esta proposta de Grandes Opções do Plano e de Orçamento para 2018, com esta nota que entendemos que temos uma boa proposta para a executarmos a um nível elevado.

Nós vamos ter agora, já estamos a viver um momento de transição de uma Câmara em grave situação financeira até 2016, de uma Câmara ainda com uma grave situação financeira, mas já com um programa aprovado, iniciado neste ano de 2017. É o nosso primeiro ano de execução plena do programa, mas ainda metade do ano a receber empréstimo e a pagar a dívida que vai ser 2018 e o primeiro ano de execução sem operações desta natureza que vai ser o ano de 2019.

Portanto acolheremos no Plano 2018 e acolheremos no Plano de 2019, aquele que foi a quantidade de investimento prevista no PAN e não executada em 2016 e em 2017, para a executarmos em 2018 e em 2019, nos termos em que propusemos ao FAM e nos termos em que o FAM nos autorizou.

É por isso que temos gosto de trazer esta proposta à Assembleia Municipal, que entendemos é um bom documento. Documento que será obviamente bom, para termos um bom ano de 2018 nesta dupla componente de recuperar financeiramente a nossa Câmara Municipal, também por aí um contributo importante para a sua credibilização e, prosseguirmos, um caminho de crescimento no investimento. Fazendo também, isso está claro no PAM e na proposta orçamental de 2018, pelo aumento da capacidade que vamos ter de dar maior dimensão financeira à cooperação com as Associações do nosso município e com as Juntas de Freguesia do nosso município, nos termos previstos no PAM e que agora, obviamente, se traduz como não podia deixar de ser em pleno e com todo o rigor, para a proposta de Plano e Orçamento que vos trazemos.

Portanto são estas as notas de apresentação de todos estes pontos. Estando obviamente ao dispor para as questões que entendam por bem e o debate que seguramente faremos. Muito obrigado.”.

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa⁰⁰⁵

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰⁰⁶

Presidente da Mesa⁰⁰⁷

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰⁰⁸

Presidente da Mesa⁰⁰⁹

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰¹⁰

Presidente da Mesa⁰¹¹

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰¹³

De seguida, o Presidente da Mesa da Assembleia, nos termos do artigo 35.º do regimento, colocou à votação⁰¹⁴ da Assembleia a interposição de recurso, apresentado pelo Vogal Pires da Rosa, pela “*forma de condução dos trabalhos consumada pela Mesa*”. Na votação, a “interposição de recurso” foi rejeitado por maioria.

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁵

“Uma palavra de saudação à Câmara e à Mesa, a quem dou os meus cumprimentos e parabéns pela sua eleição. E dizer que é sempre com gosto, mesmo em regime de substituição, que venho aos trabalhos destas Assembleia.

Eu começaria por dizer que a leitura deste documento é à partida entusiasmante pelo conjunto tão vasto de obras, de realizações, de intenções, que se apontam para o ano 2018

e seguintes — não deixaria de entusiasmar qualquer cidadão que deste documento tenha conhecimento e que o leia.

Isto porque eu tive, pelas circunstâncias, na mesa de apuramento geral dos resultados eleitorais e pude verificar que em grande parte dos votos anulados, pois a mesa de apuramento apreciou esses votos anulados, eram com frases do género “eu voto quando houver gás na minha rua” “quando os passeios do Cabo Luís estiverem bons”, enfim, uma serie de apontamentos quanto à perceção que os cidadãos têm da obra que vai sendo feita e que não coincide exatamente com aquilo que transparece neste documento.

Por outro lado, quando olhamos para a taxa de execução dos anos anteriores no que diz respeito às GOPs, verificamos que em 2016 a taxa de execução foi de 27%, a taxa de execução de 2017 era 30,7% em 30 de novembro. Numa perspectiva otimista, que é minha, se isto melhorar para os 50%, metade daquilo que é apresentado será feito, mas a outra metade não.

Portanto fica sempre esta dúvida do que é que de facto será feito e do que é que não será feito. Portanto temos aqui uma listagem de intenções que vale o que vale. Este documento tem de ser feito, é feito, e por ai ficamos.

Já no que diz respeito à realização financeira (Orçamento) parece-me estar perto daquilo que será a realidade de receitas para o próximo ano, tendo em conta que uma parte substancial é daquilo que já sabemos que vai ser concretizado, que é o resto do financiamento do PAM. Mas o outro valor apresentado dispara um bocadinho em relação a 2017, mas infelizmente talvez seja concretizado ou quase. Ou seja, a taxa de execução das receitas a 30 de novembro estava nos 80%, portanto admito que estes valores sejam próximos. Só que estes valores indicam que são essencialmente obtidos nas receitas correntes. Tirando os 20 e tal milhões do PAM estamos a falar essencialmente de receitas correntes. E as receitas correntes sabemos sobre quem é que incidem — incidem sobretudo no bolso dos cidadãos.

Podemos falar que lá para 2019 o IMI pode baixar! Pois, mas entretanto foi injustamente agravado de forma a que há um excedente áquilo que era previsto. E aí não há volta atrás. Portanto, sendo que o que está previsto é essencialmente à custa dos cidadãos este entusiasmo que há em relação às GOPs esfria totalmente.

Por último, nesta minha primeira intervenção, queria profundamente, do fundo do coração, que o Senhor Presidente esclareça uma coisa: na introdução deste documento está escrito, passo a citar “finalmente conseguimos baixar a fasquia dos 100 milhões da dívida”. É o que está escrito.

E eu queria saber qual das hipóteses é verdadeira. Ou o Senhor Presidente está a mentir neste documento, dizendo que se baixou da fasquia dos 100 milhões, ou então não recebeu a informação dos serviços que entregou à Assembleia “situação financeira a 30 de novembro” em que diz que tem uma dívida acumulada de curto médio prazo de 106 milhões de euros. O que significa um agravamento de 6% relativamente ao início do ano.

Os serviços informaram esses números e não informaram o Senhor Presidente e deixaram escrever cinco dias após o 30 de novembro ou então houve um milagre nesses cinco dias e aquilo que era dívida desapareceu. Portanto gostava muito que o Senhor Presidente esclarecesse essa situação. Porque não é a mesma coisa apresentar-se como campeão da redução e outra coisa é apresentar-se com um agravamento de 6% na dívida no ano das eleições.”

Vogal Virgínia Matos (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[017](#)

“Boa noite. Antes de mais, este orçamento é, como se diz em boa gíria popular “o vira o disco e toca o mesmo”. O Executivo camarário mantém a mesma política orçamental dos

últimos 4 anos: impostos no máximo e serviços públicos no mínimo. Face às limitações de tempo, vou abordar 10 questões muito concretas, até para sistematizar a intervenção.

A primeira questão que queríamos abordar é a questão da venda de Terrenos.

O Bloco foi bastante claro em campanha e dissemos que o plano do PSD/CDS era vender em média 8 milhões de euros/ano de terrenos. Num debate, o candidato n altura a presidente da câmara afirmou e reiterou várias vezes que não era assim e que previam vender zero.

Mas agora o Presidente da Câmara vem anunciar a intenção de vender entre 5 a 7 milhões de euros em terrenos camarários.

Então em que é que ficamos? Quer ou não quer vender? Isto é mais uma promessa quebrada. Porque se a intenção é a venda de terrenos, então há questões que necessitam de ser respondidas: em primeiro saber quais os terrenos que a Câmara tenciona vender; saber se estes terrenos pertencem ao Parque Desportivo de Aveiro; Se pertencem é preciso referir que como a camara já não é o acionista maioritário do PDA, não receberá por eles o retorno esperado. E em quarto lugar saber se os terrenos que pretenderem vender não farão falta para a persecução de políticas públicas? Estas são as questões que levantamos. Estas são questões que são importantes serem respondidas, quer este fórum quer os cidadãos e cidadãs de Aveiro têm o direito de saber quais as intenções da câmara para o património público que é de todos nós.

O Bloco é contra a delapidação do património público. A venda de património municipal para pagar dívida para nós é um erro: é apenas converter um ativo em dinheiro, é desistir de políticas públicas.

A segunda questão que levantamos é a dos transportes públicos.

A concessão para nós foi um erro e é lesiva para o interesse público. A vida da população ficou mais dificultada. Preços mais caros por menos oferta de serviço, o que afetou a vida das pessoas no acesso ao emprego, no acesso à escola, no acesso à saúde, entre outros.

Mas este Orçamento denuncia o verdadeiro custo desta concessão e mais uma promessa falhada do Presidente ad Câmara.

Inicialmente foi dito que o custo seria de um milhão de euros. Depois da revisão das carreiras por pressão dos utentes, o Presidente da Câmara disse que no máximo isso iria elevar o preço em 10%, ou seja 1,1 milhões de euros.

Mas o que vemos no orçamento é que esse custo em 2018 será de quase um milhão e meio de euros. Um aumento de quase 50% ao preço inicialmente anunciado. Isto é para nós um jackpot em cima de um jackpot.

A Câmara Municipal precisa de nos justificar se este aumento desmesurado dos custos da concessão, para um serviço que piorou em tanto a oferta. Isto não é um assunto novo.

O terceiro ponto é a concessão da publicidade para benefício da concessionária dos transportes.

O Orçamento anuncia já uma nova concessão, desta feita da publicidade. A Câmara vai prescindir das receitas que atualmente recebe para que sejam remodelados os abrigos e as paragens dos autocarros!?

Isto não é um assunto novo. Em novembro de 2016 essa proposta já tinha estado agendada para a Assembleia Municipal, tendo sido retirada sem discussão.

No texto dessa proposta era evidente o seu propósito. Quando os transportes eram públicos não se investia nada para melhorar o serviço, agora que o serviço é privado vamos criar, com os dinheiros públicos, todas as condições que deviam ser asseguradas pela empresa. Esta concessão é realmente um jackpot interminável.

O nosso quarto tema é ainda sobre os transportes público e a enorme falha de segurança que agora existe com a concessão.

Os motoristas estão sujeitos a jornadas laborais de 14 horas, o que afeta obviamente o seu cansaço e fadiga. Aumentando assim o risco de acidente. Por causa disto a empresa instalou um sistema de câmaras e pulseiras para evitar que os motoristas adormeçam.

Ou seja, a empresa reconhece que o risco de acidente é maior em Aveiro que nos outros concelhos porque é aqui que a exploração laboral é maior. Aveiro e as suas gentes são cobaias desta experiência, apenas em nome de mais lucro para o privado.

O executivo PSD/CDS não acautelou os direitos laborais e a segurança dos passageiros nesta concessão. É preciso também responder por isto.

A quinta questão, e ainda à boleia dos transportes públicos ou da falta deles, é o parque de estacionamento do Rossio

As GOP preveem medidas de promoção do uso do parque de estacionamento do Mercado Manuel Firmino, isto é reconhecem que o parque está bastante vazio. O mesmo acontece com o Parque da Praça Marquês de Pombal.

Esperamos que com este reconhecimento, o executivo desista da ideia errada, absurda e inútil, de construir um parque de estacionamento subterrâneo no Rossio.

Sexto ponto, abordamos a resposta social, ou melhor a falta dela.

O Orçamento reserva apenas 40 mil euros para Ação Social direta da autarquia.

40 mil euros num orçamento de 88 milhões de euros, representa 0,045%. É esta a dimensão da ação social da Câmara: quase inexistente. Não responde às necessidades. E o pior é que a avaliar pelo passado recente, a taxa de execução desta verba será bastante reduzida, diminuindo ainda mais a verba.

Discordamos ainda da forma como esta verba é aplicada ao abrigo do regulamento de apoio às famílias. É um mecanismo arbitrário que não combate a pobreza nem impondera as pessoas. Pelo contrário, cria uma relação de dependência do poder político.

Defendemos que, ao invés de caridade decidida arbitrariamente, se constituam direitos decretados, com critérios objetivos como seria o caso da criação da tarifa social da água.

Uma sétima questão é a falta de resposta a nível da habitação social e a discriminação no acesso.

Não me alongarei dado que já abordamos esta questão nesta sessão da Assembleia Municipal na quarta-feira.

Em oitavo, as GOP, referem o Conservatório de Música de Aveiro, mas nada dizem sobre a necessidade e a urgência de recuperar o edifício, que como todos sabemos é da responsabilidade da Câmara Municipal de Aveiro.

Em nono, denunciámos a falta de solução para os animais de companhia abandonados em Aveiro. As GOP falam de um programa a criar com associações privadas e a ordem dos veterinários. Gostaríamos de saber em que moldes se vai desenvolver este programa?

As Associações vão finalmente ser apoiadas pela Câmara Municipal uma vez que até aqui não foram. A Câmara vai resolver os problemas que estas associações têm nos problemas de ligação à rede elétrica, à água e ao saneamento dos abrigos das associações. Estas são questões que devem ser respondidas.

Em décimo lugar, e de forma resumida já que iremos debater estes temas nos pontos seguintes, não podemos deixar de referir que os impostos continuam no máximo. A austeridade municipal continua a ser a realidade em Aveiro.

Para concluir, este Orçamento é um caminho errado para Aveiro. Este é um Orçamento de austeridade. Agrava as desigualdades e a exclusão, com a redução de serviços públicos e com impostos no máximo e ao mesmo tempo, desiste do combate à pobreza, sem qualquer resposta social digna desse nome. Por isso mesmo o Bloco de Esquerda votará contra.”

Vogal Carlos Anileiro (CDS)[019](#)

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[020](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Saúdo a Mesa, a Câmara, e os Senhores deputados. Como é afirmado no preâmbulo deste documento as GOPs e o Orçamento, mais não são que o reflexo do programa eleitoral apresentado da Aliança com Aveiro às eleições do passado dia um de outubro maioritariamente votado pelos aveirenses.

Este Orçamento, cujos valores se encontram influenciados pelo FAM através do recebimento das tranches do empréstimo e dos correspondentes pagamentos, apresenta um valor total próximo dos noventa milhões de euros. Setenta milhões se excluirmos a operação FAM.

É um Orçamento de continuidade no que a políticas se refere. Com ênfase especial a efetuar na Educação, na Saúde, na Requalificação Urbana, onde se inclui a recuperação do parque da habitação social, e na renovação de infraestruturas viárias.

Mas também na Cultura, tendo como principal pilar a candidatura de Aveiro a Capital Europeia da Cultura e nas parcerias com as Associações desportivas, procurando aqui recuperar o atraso do nosso concelho na oferta de equipamentos modernos e adequados nos tempos que vivemos.

Importantes são também os investimentos efetuados na proteção do Baixo Vouga lagunar, na zona industrial de Taboeira, no novo site do município de Aveiro, que esperamos nos venha ajudar a ultrapassar os problemas que todos nós aqui vamos sentindo nesta Assembleia quando ali necessitamos de fazer consultas.

Este é, naturalmente, o Orçamento do CDS que irá obter o nosso voto favorável, como acontece com o pacote fiscal para 2018, o qual é condicionado pela legislação do PAM e cujo acompanhamento iremos fazer atentamente, na certeza que o ano de 2018 irá trazer um concelho e uma cidade cada vez mais de acordo com os anseios de todos aqueles que aqui vivem ou trabalham.”

Vogal Raúl Martins (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[021](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. A primeira nota que eu queria deixar é que estou profundamente surpreendido e até desapontado, pela posição que o Senhor Presidente tomou relativamente à intervenção por blocos. Que acho que faz toda a diferença nesta Assembleia, porque está é a cada da palavra e a casa do debate. Por exemplo, todos viram a intervenção do Senhor Salavessa. Era interessante que logo de seguida o Senhor Presidente da Câmara pudesse falar e até os outros membros desta Assembleia. Estou muito dececionado. Julguei que havia coisas que se transmitiam pelos genes, mas enfim, cada um tem o que pode.

Eu compreendo que há fatores ambientais que nos contrariam a nós próprios. Sendo assim não vale a pena falarmos muito sobre estas coisas. Estamos aqui para falarmos uns atrás dos outros, depois o Senhor Presidente remata, e vamos todos para casa. Perdeu-se a essência desta Assembleia. Portanto vou falar muito pouco sobre este ponto.

Apenas para dizer que a economia é obviamente uma ciência social. E não há certezas sobre qualquer exercício económico. As únicas coisas que nós temos nos exercícios económicos é verificar o que aconteceu noutros semelhantes e daí tirar as devidas ilações. São as chamadas economias de aprendizagem que se devem utilizar. E depois, se nós olharmos para este exercício económico desta Câmara nós verificamos muitas semelhanças com o exercício económico que no passado foi imposto ao país pelo Dr. Passos Coelho.

Começa pelo princípio. Não vou subir impostos. Juro que não subo impostos – isto em campanha eleitoral. Mas logo a primeira coisa que se faz é aumentar impostos,

nomeadamente alguns que afirmando não seriam necessários no máximo — passam a ser tributados no máximo!

Depois de algumas vicissitudes veio-se dizer: aprovámos o PAM agora não podemos descer porque o PAM não deixa. Mas um pouco antes das eleições e até na última campanha eleitoral, deixou antever a toda a gente quando diz: se eu pudesse, se não estivesse amarrado, eu desceria os impostos. A ideia com que eu fiquei no ouvido foi: nós podemos descer para 0.4% porque será compatível com o nosso exercício financeiro. Agora que estão abertas as portas para que isso aconteça mediante determinadas situações, parece que e não me admira nada que para o ano se diga: pois e não sei quantos, não podemos. Quando é para subir é para hoje, quando é para descer é para o ano.

Faz lembrar uns indivíduos com quem como todos os dias e quando vem o homem com a sopa eles dizem: hoje não, amanhã comemos. E isso faz-me lembrar muito este exercício do Senhor Presidente da Câmara “fica para depois”.

Também estou ansioso por saber a explicação desse pequeno agravamento da dívida. Talvez seja o pacote eleitoral – não sei.

Mas dizer-vos que o que se implementou em Aveiro foi um grande plano de austeridade que pesou fortemente no bolso das famílias e sobretudo numa altura má para as famílias. Que foi uma altura de transição de um aumento de taxas e impostos, numa altura de aperto nacional. Enfim uma austeridade escusada certamente, mas que atingiu as camadas mais carentes da nossa sociedade e que não foi correspondida por parte da Câmara com as poupanças necessárias. Porque se foi bom aumentar os impostos as despesas não correram ao mesmo ritmo.

E lembram-se, claro eu aceitava o exercício económico de dizer assim: eu herdei do Dr. Élio Maia uma dívida tremenda e tenho de por cobro a essa dívida. E uma das coisas para já é terem de pagar os impostos no máximo. Agora este escorregar, este serpentear de posso, não posso, enfim não cai bem.

Mas também queria lembrar o seguinte: foi o Dr. Passos Coelho, que com o programa da Troika disse “eu não vou cumprir o programa da Troika, eu vou além da Troika”. E o Senhor Presidente da câmara também o copiou. Também o copiou porque estabeleceu o Plano do PAM. Foi ele que o estabeleceu. Mas se verificarmos para 2018 os impostos diretos aumentam 4 milhões 500 mil relativamente ao que estava previsto; os indiretos 1 milhão 900 mil; taxas multas e penalidades 500 mil euros.

São 7 milhões de esforço suplementar que vamos estar submetidos os aveirenses. Isto em cima dos 28 milhões de receitas desta qualidade. Estamos a falar apenas de impostos diretos, indiretos e taxas e multas, não estamos a falar de outra coisa.

Mas se verificarmos no mesmo documento, nós verificamos que no Ajustamento do Plano as Despesas Correntes são 15.082 milhões de euros. Mais do que estava previsto no PAM. Não estamos a fazer um exercício absoluto, mas um exercício comparativo relativamente aquilo que a Câmara tinha proposto.

Não foi o Papa que propôs. Foi a Câmara com a aprovação deste órgão. E a Câmara está a receber mais do que aquilo que tinha proposto e a gastá-lo em Despesas Correntes.

Não me quero prolongar mais, mas sempre gostaria de acabar com o célebre slogan da pasta medicinal Couto: “palavras para quê”. Disse.”

Presidente da Mesa⁰²²

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰²³

Vogal Fernando Nogueira (PS)⁰²⁴

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[025](#)

“Obrigado Senhor Presidente, boa-noite a todos. Em termos daquilo que é apresentado nas GOPs e no Orçamento eu iria dividir a intervenção em duas componentes. A primeira obviamente direccionada para o Orçamento para manifestar algo que já aqui referi várias vezes que é o demasiado peso, excessivo, do financiamento da atividade da Câmara por impostos. E necessariamente estamos a falar de algo superior a 50%, sendo que destes 50% mais de 60% é suportado pelo IMI. E quanto ao IMI já lá iremos.

Por outro lado, há aqui também um sinal claro de receitas de capital que contrariam de alguma maneira aquilo que tem vindo a ser a resposta do mercado nos últimos anos, em termos de aquisição de terrenos. E portanto, há aqui uma expectativa gerada e eu gostaria de saber se algum fundamento claro que suporte a expectativa de aumentar a receita de capital oriunda deste tipo de ações? Até porque percebemos que, enfim, que o imobiliário pode estar numa tendência crescente, mas sendo também uma fatia relevante na parte das receitas, gostaria de perceber em que essa perspetiva se encontra mais fundamentada. Isto em termos de Orçamento para já é só.

Relativamente a questões das grandes Opções do Plano deixaria uma nota, enfim, que terá ou não a ver com a minha distração, mas é a primeira vez que se encontra aqui uma referência de algo dominado “pavilhão desportivo municipal!?” E, portanto, penso eu a primeira referência pública ou não pública. Diria que é uma maneira um bocadinho estranha de abordar um equipamento que é de relevante importância para o município de Aveiro.

Por isso gostaria que o Senhor Presidente dissertasse um bocadinho por esta questão. Obviamente estamos a falar de uma previsão para 2019, mas tratando-se de um equipamento importante e nunca tendo ouvido verdadeiramente falar nele em tempo algum, gostaria de perceber exatamente o que é que está subjacente a este pavilhão? Até porque há aqui um investimento relacionado com outros equipamentos desportivos, nomeadamente com aqueles que pertencem ao IPDJ (piscina e pavilhão) e, portanto, gostaria de entender como é que do ponto de vista do planeamento desportivo para o município, estas questões se enquadram e se estruturam.

Em termos de GOPs também volto à questão dos transportes. Senhor Presidente disse na última sessão da Assembleia que havia e uma questão relativamente a trabalhos a mais e, portanto, está aqui provisionalmente inseridos montantes que devem obviamente corresponder àquilo que é o caderno de encargos que permitiu que a concessão fosse atribuída e a minha pergunta é se nestes valores já estão ou não incluídas as expectativas relativamente àquilo que possa vir a ser um acréscimo de custos com esta concessão? Nomeadamente, resultantes daquilo que o Senhor Presidente disse na última assembleia quando finalizar a avaliação daquilo que são os trabalhos a mais.

Importa também reter, obviamente, c que a expectativa é que se vamos ter um custo mais oneroso com esta concessão é importante também acompanhar a qualidade de serviço e perceber se efetivamente o seu funcionamento está no caminho de servir os interesses dos cidadãos aveirenses.

Relativamente ao Turismo. Tem sido feita, enfim, e justamente, e os números assim o indicam, uma referência muito positiva ao turismo no município de Aveiro. Mas permita-me que expresse alguma relutância relativamente às medidas que aqui estão implementadas, que se me parece manifestamente escassas do ponto de vista do turismo em si. Há aqui um conjunto de questões que aparecem, mas não há verdadeiramente aqui, diria eu, algo que centre efetivamente naquilo que são medidas do ponto de vista turístico que não aquelas baseadas em termos de interação com outros agentes, nomeadamente com prestadores de serviços. Ou seja, o Senhor Presidente refere aqui que vai investir

claramente numa ação de marketing territorial, mas depois não há medidas explícitas e não há o Orçamento que acompanhe essa frase, que eu posso entender, que é positiva do ponto daquilo que se pretende em termos de dinamização do turismo, mas depois o que está por baixo dessa frase, parece-me concretizações que andam um bocadinho ao lado, daquilo que é necessariamente uma promoção marketing territorial.

E gostaria também de perceber se há aqui uma articulação desta projeção turística ou não com a CIRA? Eu sei que há uma marca já criada “Ria de Aveiro” mas diria que aquilo que Aveiro pode vender do ponto de vista do turismo, vai muito para além da Ria vai muito para além dos ovos-moles e vai muito para além dos moliceiros. Também já vi aqui turismo militar, que até tem sido uma ação desenvolvida pela Universidade de Aveiro, mas o package deste embrulho parece manifestamente escasso para aquilo que tem sido o reclamar de méritos do ponto de vista de uma causa-efeito.

Ou seja, as pessoas vêm. Mas vêm porquê? Qual é o papel do município nessa vinda, as pessoas vêm quanto tempo é que ficam, vêm e fogem, ou há uma ação integrada intermunicípio que permite que as pessoas fiquem mais tempo, que tipo de turismo e que queremos. Queremos que a pessoa venha só passear no moliceiro e não fique, enfim.

Portanto há aqui um conjunto de questões que inclusive são manifestamente também declaradas por outros agentes turísticos que não residentes nesta faixa central.

Portanto a questão da distribuição do turismo de uma forma mais equitativa pela área geográfica município, também seria uma coisa interessante a pensar e eu não vejo aqui necessariamente nenhuma medida nesse aspeto.

Finalmente, relativamente ao parecer do FAM. O Senhor Presidente diz que o parecer é claramente positivo! Essa, eu diria, que é uma leitura otimista daquilo que está aqui escrito.

Obviamente que há uma aprovação global genérica, mas depois há um conjunto de recomendações que manifestam claramente algumas preocupações, que tem em vista a necessidade de cumprir aquilo que a Câmara propõe do ponto de vista do Orçamento.

Inclusive há aqui algumas menções até que ultrapassam aquilo que supostamente seria estimado no Plano apresentado pelo PAM.

E portanto, enfim, o parecer não é, no nosso ponto de vista ou do meu ponto de vista, não é assim tão, tão, tão positivo e tranquilizador.

Obviamente que as recomendações vêm em cima uma aprovação genérica, mas gostaria de deixar esta nota para no cumprimento daquilo que são as condições necessárias, para que não tenhamos que ter aqui alterações significativas do ponto de vista orçamental que possam, inclusive, levar ao seu incumprimento.

Finalmente e agora sim, em termos de IMI. Relativamente ao IMI já discutimos aqui no mandato anterior o facto do IMI na taxa máxima ter entrado em vigor antes do tempo. Mas é história que já lá vai e portanto, penso que manteremos sempre a nossa posição sem nos convenceremos necessariamente um ao outro.

Agora, é verdade que o Senhor Presidente no mandato anterior referiu por diversas vezes que a bastava que o IMI estivesse 0,4% para que a Câmara pudesse cumprir os seus compromissos.

E a par disso disse várias vezes também que não baixava o IMI de 0.45% para 0.4%, porque não lhe era permitido por lei.

Penso que estão reunidas condições para o fazer. Não agora mas no futuro, mas de facto também notei no seu discurso alguma hesitação sobre essa matéria.

E portanto, para quem afirmou perentoriamente que em tempo passado bastava ter apenas 0.4% de IMI, parece-me de facto aí alguma hesitação, naquilo que é a projeção para 2019. Bem sei que o tempo e as circunstâncias mudam, mas gostaria de deixar nota que

isso foi um compromisso que o Senhor Presidente assumiu aqui várias vezes e, portanto, gostaria obviamente de o ver cumprido. Disse.”

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD)⁰²⁶

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰²⁷

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁸

“Boa-noite a todos. Gostaria de cumprimentar todos, o Senhor Presidente, a Câmara, e transmitir-vos o seguinte: da leitura deste documento das grandes opções do plano e orçamento, eu só me tenho de congratular com o documento que vi e que estudei, n medida em que é um documento que mostra desde logo um exercício de responsabilidade muito grande do ponto de vista da gestão autárquica, que é a continuação do saneamento financeiro da Câmara Municipal de Aveiro e que, faça-se justiça, não chegámos ao ponto onde chegámos por responsabilidade deste executivo ou do que esteve no mandato anterior.

Portanto, alguém nos trouxe até este ponto e as razões que nos fazem chegar a uma situação destas devem ser motivos de reflexão para todos nós enquanto responsáveis autárquicos. E porquê? Porque a mesma coisa se passa ao nível do país. E o país entrou também num plano de recuperação apoiado por entidades estrangeiras, certo. E porquê? Por uma simples razão. É porque nos habituámos a gastar aquilo que não tínhamos.

Aquilo que aconteceu na Câmara de Aveiro durante muitos anos foi rigorosamente este exercício de irresponsabilidade. Em que em determinado momento, quando a torneira se fecha, alguém tem de ser chamado a pagar e a sanear as contas do município ou do país. E já aqui se falou do esforço de todos os portugueses e dos munícipes em Aveiro porque, efetivamente, quando as coisas são mal geridas e se gasta mais do que aquilo que se tem, em determinado momento o esforço necessariamente vai recair sobre os cidadãos e sobre os munícipes.

E, quando eu olho para este documento, o que eu vejo é uma continuidade em termos de responsabilidade do saneamento das contas do município e uma dinâmica muito grande em termos de obras, em termos de projetos e com uma sensibilidade social, contrariamente áquilo que eu hoje ouvi aqui na câmara que eu acho notável. E acho que de facto é um mérito muito grande da presidência da Câmara e de toda a sua equipe.

Refiro-me nomeadamente nos investimentos que estão a ser feitos na área da Educação, na área da Saúde, na área da ação Social, e já ouvi dizer aqui que os investimentos na área da ação social são muito baixos, pois eu acho que é o contrário. E o sinal que se dá a pessoas que tão pouco têm e que vão ver por exemplo no caso dos bairros sociais a reabilitação dos seus imóveis, isto é algo que eu já testemunhei. Isto porque uma das melhores amigas da minha filha vive no bairro de santiago e fui eu que lhe dei a notícia das intervenções que iriam acontecer e a rapariga ficou radiante quando soube disso.

Esta é uma questão que gostava de endereçar ao Senhor Presidente: é se do ponto de vista de comunicação destas obras as pessoas que vão efetivamente beneficiadas com essas intervenções estão ou não a par daquilo que vai acontecer nestes bairros? Obrigado.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰²⁹

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁰

“Muito obrigado Senhor Presidente. Permita-me começar por lamentar o tom usado nalgumas intervenções que não é próprio desta câmara. As palavra e insinuações não são próprias de um órgão que se quer democrático o onde todos nós temos obrigação de ser claros, precisos e verdadeiros. E é estranho que essas palavras venham de quem mais

reclama pela seriedade dos políticos que estão à frente do município. Penso que a câmara teria imenso a lucrar pelo facto de usar uma linguagem mais adequada ao nível que os cidadãos exigem de nós. Eu sei que há quem pense que é na chacota, que é na insinuação, que se vencem as eleições.

Se querem que vos diga meus senhores, as eleições municipais que conduziram à formação desta câmara mostraram exatamente o contrário.

Depois deixem-me dizer-lhe outra coisa. Eu ouço aqui falar muito da perceção que os cidadãos têm acerca da ação da Câmara. A perceção que os cidadãos têm acerca da Câmara está refletida nos resultados eleitorais. Não vale a pena estarem sempre a invocar aquilo que depois não corresponde à votação que os cidadãos livremente tiveram.

Austeridade. É uma palavra muito interessante, não é. Ao que me dizem o país não vive em austeridade neste momento. Mas depois se for ver os impostos que pago no final do mês em IRS, este mês até tive um benefício. Mas o problema é que os impostos indiretos que eu pago, são muito superiores ao que eu pagava anteriormente. E o problema é que os impostos indiretos afetam muito mais as classes desfavorecidas do que as classes favorecidas. E portanto o aumento dos impostos indiretos está em plena contradição com as palavras que ouço tanto de subsidiariedade com os mais desfavorecidos da parte de quem tem a capacidade de mexer nos impostos. Mas isso sei que é uma prática corrente. Os impostos indiretos são mais suaves porque ninguém os vê. Quando vamos meter um litro de gasolina nem sabemos quanto é pagamos de imposto. Dizemos mal das petrolíferas mas não dizemos mal do Estado (ouvem-se vozes...).

Senhor Presidente se não se importa eu gostaria que isso ficasse notado porque depois tem de dar tempo ao senhor deputado para ele me interpelar a seguir.

Senhor Presidente, deixe-me dizer que austeridade, o aumento de impostos que nós tivemos na Câmara de Aveiro é um aumento de impostos que resulta da situação em que um conjunto de executivos anteriores deixou a Câmara de Aveiro.

Eu estou a olhar ali para o Senhor Presidente da Câmara e não vejo que ele tivesse ali maquinado nas suas noites de insónia um aumento de impostos para prejudicar os aveirenses.

O Senhor Presidente da Câmara o que fez foi vir a esta Assembleia propor um mecanismo que permitisse reduzir efetivamente a dívida da Câmara. Porque a Câmara tem de ser uma pessoa de bem. E não usar subterfúgios como índices para dizer que se diminui a dívida quando se aumenta. Porque é muito giro usar índices e depois dizer “está tudo muito melhor”. É que aqui, diminuiu-se de facto, diminuiu-se de facto. É só comparar valores para se verificar que se diminuiu.

E esta austeridade ou estes impostos é evidente que se irão manter elevados enquanto não se verificarem duas condições: enquanto não houver um aumento de receitas provenientes de outras fontes, que quando aqui se procuram são sempre contestadas. Porque são irrealizáveis, porque são contrárias à execução de políticas públicas, portanto quando se procuram outras fontes não se pode. Quando se exige ao governo central que se transfira para as autarquias as verbas necessárias à execução das tarefas que resultam dos processos de descentralização, todos se calam caladinhos porque não convém ofender o governo central. Portanto enquanto isso não se verificar, naturalmente os impostos irão manter-se elevados. Para quê? Para que a Câmara se torne novamente honrada. Em segundo lugar é preciso que a lei permita que os impostos desçam.

Eu acho graça que se tenha vindo hoje aqui reclamar que no documento que aqui está em avaliação se devia já prever uma descida do IMI, quando na verdade é que não conheço nenhuma lei, não existe nenhuma lei neste momento exato, que permita descer o IMI.

E certamente que quando essa lei existir, escusam de vir aqui os senhores deputados da oposição dizer que há hesitações do Senhor Presidente da Câmara, porque o Senhor

Presidente da Câmara já foi muito claro a cerca da vontade que tem de descer o IMI logo que a lei lho permita fazer.

Portanto é interessantíssimo, porque se o Senhor Presidente da Câmara diz então têm sempre umas reservazitas. É a forma como o senhor disse; o tom de voz; se calhar fez umas figas enquanto estava a dizer e tal. É interessante que quando o Senhor Presidente da Câmara se quer comprometer seja sempre posto em dúvida.

O Senhor Presidente da Câmara vai ter de demonstrar aos senhores deputados que afinal eles estavam enganados. Mas vai ser com um sorriso franco, quando todos aqui chegarmos, e o Senhor disser: como os Senhores se enganaram, está bem.

Senhor Presidente, para terminar dizer o seguinte: eu não posso deixar de louvar o esforço do executivo para em primeiro lugar tornar a Câmara um agente económico credível. Em segundo lugar, procurar, em vez de tomar medidas eleitoralistas, procurar que a melhoria das condições de vida da população se vai verificando, naquilo que diz respeito às competências que a Câmara tem.

E permita-me ainda dizer-lhe outra coisa Senhor Presidente. Lamento muito que no meio deste esforço todo, que a maioria deste executivo, não tenha o apoio da oposição nos pontos que são relevantes para os cidadãos, e que em vez disso se andem para ai a perder em conjecturas e especulações a que certamente os aveirenses deram resposta há meses atrás. Muito obrigado.”

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰³¹

Presidente da Mesa⁰³²

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)⁰³³

Vogal António Salavessa (PCP)⁰³⁴

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)⁰³⁵

Vogal Raul Martins (PS)⁰³⁶

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)⁰³⁷

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁸

“Obrigado Senhor Presidente, obrigado a todos. António Salavessa começava por dizer que acho de uma elevada incorreção um membro da Comissão Geral de Apuramento revelar em público aquilo que os votos nulos referenciam. Além do mais, acho um acto atentatório da ética e atentatório da lei. Mas este é o meu entendimento. Lembrava apenas que dos cidadãos que expressaram o seu voto apenas 2% anularam o seu boletim.

E como anularam o boletim, a mim como democrata não me interessa rigorosamente porque é que anularam o boletim. Interessa-me apenas um acto que para mim é político como democrata, que é o acto de terem anulado o boletim o que quer dizer, anularam o seu voto. Isto é o que me interessa. Revelar em público meia dúzia de frases que estavam escritas nos boletins parece-me um acto da mais elevada incorreção.

Mas votaram 49% (34.597 cidadãos) e desses 16.787 votaram na Aliança com Aveiro e 2% (753) anularam o seu boletim. Para o António Salavessa é muito importante os 2% que anularam o boletim, para nós são todos muito importantes, mas damos mais importância aos 49% que apostaram no projeto que hoje governa o nosso município.

Em relação às taxas de execução, apenas chamava a atenção do Salavessa que as taxas de execução dos anos que vivemos no mandato anterior, não são relevantes dado que elas exercitavam a execução plena do PAM e do empréstimo e portanto o inflacionamento de partida era enorme. Nós temos um Plano hoje de 149 milhões de euros. Porque tem toda a dívida lá enfiada, porque tem de estar em termos legais. E portanto não há comparação possível de taxas de execução com aquilo que vai acontecer em 2018.

Portanto daqui para a frente, embora este seja ano de transição e ainda de estabilização em 2019, mas obviamente vamos para níveis de taxa de execução muito altos comparativamente com aqueles que tivemos até aqui. Embora obviamente o nosso objetivo é sempre 100%. O Plano é desenhado para ser executado, mas regra em regra ninguém chega aos 100%, mas vamos procurar ter um valor o mais próximo disso possível.

Em relação à dívida vamos aqui combinar uma coisa. Eu não quero (e foi um ganho grande do mandato anterior) perturbar o ganho que tivemos e voltar a ser o valor da dívida a discussão política. Vejam lá que o Dr. Raúl Martins já inventou que o Dr. Élio Maia aumentou a dívida em relação ao Dr. Alberto Souto.

Quer dizer, isto é de facto quem está perdido completamente, na realidade (ouvem-se vozes). Eu penso imensa desculpa, mas isto aqui já não é uma coisa regimental...

O Senhor Dr. anda muito excitado. Muito excitado. Retomando, se me é permitido, assumo aqui um compromisso de procurar arranjar uma tabela simples sobre a dívida.

Porque há várias dívidas. E por nada, não queremos destruir a conquista do mandato anterior, que é acabar com a destruição política da dívida. Não queremos de todo.

A nossa dívida está a baixar, vai continuar a baixar todos os meses, todos os anos, é este o caminho. Não há volta a dar.

Depois nós temos várias dívidas. Há a dívida da Câmara, há a dívida total da Câmara e do universo municipal, há a dívida que não é dívida ou estamos a lutar para que não seja. Por exemplo, os 2,6 milhões de euros de dívida entre aspas à SIMRIA. Ainda hoje tivemos uma dura reunião sobre essa matéria para tratar desse assunto inacreditável, que nos obrigam a tratar como dívida uma coisa que não é dívida.

Ou outra das situações como a dívida das participadas. Que não é dívida nossa, mas que é imputada à nossa dívida. E também a candidata à dívida que é aquela que está em sede de processos judiciais (chamada dívida contingente) que tem um racional de probabilidade de vir a ser dívida financeira, mas não passa disso, até que um dia haja uma sentença que transite em julgado e que põe essa dívida contingente ou dentro ou fora da dívida financeira.

Portanto vou fazer um esforço com os serviços para que isto esteja claro, para que de facto seja claro. Não queremos enganar ninguém e que estes números sejam iguais para todos e que não haja agora discussões políticas sobre esta matéria.

Depois a Virgínia fez algumas questões. Eu não vou é com esta retórica de austeridade que é uma retórica bloquista que eu não acompanho. Só é pena que o Bloco não tenha contribuído ainda nada para acabar com a austeridade em que o país está metido. O País tem uma mega dívida para pagar. Eu sei que o Bloco na opção dele é “não pagamos”, “não pagamos”. É uma opção. Mas o seu governo não quer saber do que o Bloco diz a esse nível. Mas pronto o Bloco tem aquela relação de amar e odiar ao mesmo, que é uma capacidade de alguns. E o Bloco tem esta capacidade de amar e odiar o governo da sua maioria parlamentar ao mesmo tempo. É uma capacidade que eu não tenho e fico sempre com alguma dificuldade em compreender quem tem.

Mas há um número que é muito importante para nós todos. Ainda o disse na minha intervenção do Congresso da ANMP. Da factura fiscal de uma família média portuguesa, apenas 15% são impostos municipais. 85% daquilo que é a carga fiscal de uma família média, são faturas, são impostos do Estado. É assim.

Eu acho de facto que o país tem uma carga fiscal absurdamente pesada. Nos diretos e nos indiretos. E portanto aquilo que pesa nos cidadãos é o IVA, é o IRS, é o imposto sobre os produtos petrolíferos, é o imposto sobre o tabaco.

Gosto sempre além do mais de lembrar (coisa ridícula) o valor absoluto da cobrança sobre o Tabaco é igual à cobrança do IMI, 1.500 milhões de euros.

Esta é a nossa realidade. Uns entretém-se com os 15%. Acho muito bem que demos atenção a isso. Mas olhem, é bem mais importante dar atenção aos 85%. Nós pagamos 23% de muito daquilo que consumimos. É um absurdo. É uma carga pesadíssima. Eu acho que vai sendo tempo se a maré é tão boa que o IVA de 23% que é de facto absurdo, por exemplo na iluminação pública. Que por causa da Troika passou de 6% para 23%. Houve protesto dos autarcas e nós ainda não conseguimos e foi o terceiro orçamento com a atual maioria parlamentar, ainda não conseguimos que voltássemos aos 6%.

Em relação aos terrenos desfazer o seu equívoco que apenas assenta na sua opção demagógica. Aquilo que eu disse, repito. É que o PAM por imposição do FAM decidiu que nós fizéssemos a previsão zero de receitas de venda de bens de património e de participações. Isto é o que está no PAM por imposição do FAM. Aquilo que nós seguimos neste documento é isso mesmo. Aquilo que eu referenciei é que eu entendo provável, por atos que estão em desenvolvimento, que nós possamos nessa área ter receita entre os 5 e os 7 milhões de receita nesse domínio.

Portanto são três coisas absolutamente claras, verdadeiras e que não tem nenhuma incompatibilidade umas com as outras.

Quanto aos transportes públicos, estou-me a lembrar apenas que não há nenhum jackpot, nada disso. O valor que está aí imputa 14 mensalidades. Porquê 14 mensalidades? Porque 12 são o cabimento de despesa do ano e duas são as faturas de novembro e de dezembro que pagaremos já em 2018. É por isso que o cálculo não pode ser feito a 12 mensalidades, mas 14 por imputação de pagamento e cabimento daquilo que tem de ser feito sobre 2018. E há uma verba que eu referenciei num número grosseiro de 10% que, essa sim, é a que vamos por em cima daquilo que foi contratado terminado o processo que expliquei aqui.

O concurso da publicidade não tem nada a ver com a concessão dos transportes, rigorosamente nada. Discutiremos isso um dia destes quando a matéria cá vier.

A segurança dos motoristas é o seguinte: Eu hoje nem vou falar disto porque é tão absurdo a vossa nota. Aquilo que o nosso concessionário ali está a fazer, como projeto piloto de vários projetos piloto que vão acontecer em Aveiro ao nível do país e ao nível internacional do grupo Transdev é uma experiência que está neste momento com equipamento a ser montado e ainda nenhum do equipamento foi ativado, porque faltam licenças da entidade licenciadora e da Câmara Municipal. Nenhum dos instrumentos que já estão instalados em muitos autocarros foi acionado. Mas visam aumentar a segurança de quem usa os transportes públicos e vir a dar um apoio aos motoristas para que a sua performance tenha um mais elevado nível. Não está em causa espiar ou atentar contra a liberdade. Não está em causa nada disso. Mas um dia deste falamos a preceito. Aliás, logo que saiam os licenciamentos haverá uma apresentação pública para demonstrar que a operação AveiroBus nisto e noutras coisas, em algumas delas, serão notícia em Janeiro. É de facto uma operação importante e que é em muitas matéria piloto do nosso concessionário que é também um dos maiores operadores de transportes que a Europa tem.

Depois teremos de falar do Manuel Firmino. Porque o Manuel Firmino tem boa faturação, é um bom Parque, muito utilizado. Eventualmente nunca o utilizou portanto não tem noção nenhuma daquilo que é o seu índice de utilização. E o Marquês de Pombal, o que nos interessava, no seu ano de operação, é que subiu muito a faturação deste seu primeiro ano completo da SABA, daquilo que era o histórico da gestão da CPE.

Em relação ao apoio às famílias, repetir o que já disse em anos anteriores. A verba é uma verba indicativa. Nós usamos o fundo tudo o que seja necessário sem restrição financeira. 40 mil é bem acima do histórico. É preciso mais, pomos mais, é preciso menos sobra. O FAF é um instrumento suplementar. Complementar aos apoios do Estado.

É bom lembrar que Ação Social em termos legais em Portugal é feita pelo Estado Central através da Segurança Social. Nós temos ações complementares que tem de estar além do mais devidamente justificadas para terem assento legal. Se não além do mais correm o risco de serem assumidas como ilegalidades. O FAF é um bom instrumento e tem sido usado naquilo que é necessário e continuará a ser.

Em relação à habitação social o Filipe falou nisto também, deixar nota que de facto é uma aposta capital. Aliás dar nota que a questão dos dez anos que falámos na quarta-feira, além de ser do nosso regulamento é da lei que o Bloco de Esquerda aprovou. É bom que tenham nota que não fomos nós que inventamos os dez anos de exigência de residência municipal, para poder ser candidato. É uma nota da lei que o próprio Bloco de esquerda aprovou.

Em relação à outra dimensão dar nota de que o investimento em 2017 foi um investimento record e em 2018, nesta área, será super record.

Vamos investir muito mais do que aquilo que a Câmara Municipal de Aveiro assumiu no somatório dos últimos 25 anos. É disto que estamos a falar. Porque se tivesse havido um investimento regular nós não precisávamos de picar. E precisamos de mais. Precisamos de muito mais porque temos muito mais para fazer e vamos fazê-lo na medida das capacidades financeiras que conseguimos ter ao nosso dispor.

O Conservatório não é da Câmara é do Ministério da Educação. E estamos na luta e a trabalhar com o Ministério da Educação para que haja disponibilidade financeira do Orçamento de Estado ou de Fundos Comunitários para fazer-mos a obra que o Conservatório carece.

A política dos animais de companhia é clara, cristalina, tem apoio às associações e vamos executá-la de forma linear.

Ao Carlos Anileiro queria responder dando nota que as escolas que estão referenciadas é basicamente qualificação e ampliação. Com uma exceção – a escola da Quinta do Loureiro, vai absorver dentro de si a Escola de Cacia junto à N109. É o único caso. Todos os outros é o sentido estrito da ampliação e da qualificação. Nesse caso essa ampliação vai ter em conta também a integração de uma outra unidade escolar que vai desaparecer e que lhe vai ser dado um destino diferente – embora também de usos de importância social e comunitária ao edifício que está em causa.

A Carta Educativa está em desenvolvimento e numa fase de relançamento no quadro da Revisão do PDM. E a outra Carta foi posta no lixo, mas já por quem a elaborou pô-la no lixo. Portanto não há nada para falar sobre ela.

Nas USF e extensões de Saúde, o que estamos a fazer em todas, quer as 5 contratadas com os Fundos Comunitários, quer a que não está e que aparece aqui pela primeira vez, que é Santa Joana, em todas são obras de reabilitação do edificado existente. Umas mais profundas outras menos profundas mas em todas o que está em causa são operações de reabilitação. Não há verbas de fundos comunitários para construir rede primária de cuidados de saúde de raiz. Não há. Acabou.

Há algumas exceções, há essa regra por compromissos formalizados anteriormente à entrada em vigor do Portugal 2020.

Quanto à requalificação de arruamentos isso é uma prioridade e a antiga N230 é uma das primeiras prioridades. Estamos a acabar projeto embora vá ter um faseamento na zona da baixa de Azurva porque temos de construir um aqueduto novo para resolver o problema das cheias e do corte da estrada quando há água a mais, mas estamos recta final da execução do projeto e siga para concurso para executar a obra, usando os 3 milhões que estão orçamentados.

Ao Raúl Martins apenas uma nota. Há ai algum desfasamento o seu discurso parecia o desta Assembleia há quatro anos, mas o tempo mudou, aconteceu muita coisa, eu sei que

tinha muito gosto em estar aqui connosco no mandato anterior, mas é a vida e a democracia dos partidos. Portanto há aí algum atraso e eu não vou estar aqui a acompanhar os atrasados. Temos que andar para a frente, temos de conquistar o futuro, ganhamos as eleições, as opções dos cidadãos são absolutamente claras, as lições políticas sobre austeridade e impostos estão tiradas, quem souber ler o resultado eleitoral que leia porque é muito claro, quem não souber ler, olhe fica com a sua incapacidade de tirar lições que os cidadãos sempre dão de forma clara. Daqui um ano dois ou três podemos achar que as pessoas mudaram de ideia e que agora já não é tão bom, com certeza. Mas com três meses parece-me um bocadinho precoce estar a desconsiderar a clareza meridiana do resultado da eleição do passado mês de outubro.

Quanto a algum aumento de despesa, Dr. Raúl Martins, dar-lhe duas notas. Há a componente boa da reposição salarial, que afetou a despesa, mas que concordamos em absoluto com essa reposição.

Mais. Ainda achamos que há um escândalo em Portugal que é os funcionários públicos da Administração Central ganharem muito mais que os da administração local. Mas enfim, este governo como todos os outros continuam a concordar com isso. Mas nós discordamos em absoluto, mas é assim a lei e nós cumprimos a lei.

Outra componente foi algumas despesas que tivemos que aumentar para prestar serviços aos cidadãos. Nós temos um investimento em frota e em fardamento. Não havia investimento em fardamento de trabalho dos nossos funcionários há quinze anos. Não sei se se lembram até há um ano atrás como é que eles andavam vestidos a trabalhar. Com a sua roupa. Têm noção agora como é que eles trabalham. Com fardamento de trabalho cumprindo as boas regras e pago como não podia deixar de ser pela Câmara Municipal.

Portanto nem toda a despesa corrente que aumenta é má despesa. Não. Esta nossa é coisa boa e absolutamente necessária para a qualidade de vida dos nossos trabalhadores. É absolutamente necessário para elevarmos a qualidade do trabalho dos serviços que prestamos aos nossos cidadãos.

Ao Fernando Nogueira, gostava de me disponibilizar com alguma calma e pormenor explicar-lhe a estratégia. E recomendar-lhe a leitura do documento estratégico da revisão do PDM. Pressuponho que não o conhecerá e há uma peça muito importante apensa, que foi aqui discutida por nós, que é a peça do componente de definição estratégica na revisão do PDM. Estão lá as opções todas em cima das quais fazemos as definições de pormenor em sede dos instrumentos de gestão territorial.

Quanto ao seu gosto pela Suíça, olhe eu gosto mais de queijo da serra e com uma faca portuguesa, que mesmo que não corte bem, o queijo da serra até à colher se come. Você gosta mais da faca e do queijo suíço, pois fique lá com isso, que fico com a portugalidade, que em queijos e facas nós damos lições de longe àquilo que a Suíça faz – por mais que seja um país melhor nalgumas componentes, mas viva Portugal, estamos muito à frente das opções que a Suíça vai fazendo.

A questão da Mobilidade. A lógica é: nós vínhamos fazendo o plano e estava quase pronto. Mas decidimos parar esse trabalho para o enquadrar numa primeira fase no PRINTA e numa segunda fase neste processo de revisão.

Terminada a análise entendemos que o plano se deve “revisitar”. Neste quadro, achamos que é um trabalho muito aproveitável para o terminarmos no quadro de revisão do PDM. Portanto é essa a ideia.

Quanto aí à mistura de PEDUCA e revisão do PDM, não vale a pena. PEDUCA tem um P errado. O P de plano está errado e sempre dissemos isso. Não é plano é um programa de investimentos que o legislador chamou plano. Mas não tem nada de plano. São investimentos que obviamente tem de estar enquadrados nos instrumentos de gestão territorial em vigor.

Francisco Picado uma nota. É normal em Câmaras da nossa tipologia e em que a estrutura de receita é basicamente igual à nossa. Pode ler isso no anuário dos técnicos oficiais de contabilidade. É natural que municípios tenham nos impostos diretos essa sustentação no seu orçamento. É assim em Aveiro e é assim em municípios da nossa dimensão. E nos grandes ainda é muito mais porque a dependência do Orçamento de Estado é muito menor e onde é que fica a sustentação? Não há mais sítios onde possa ficar. Pode-se picar num ano ou outro a venda de património, mas ninguém tem receitas muito grandes permanentemente em fundos comunitários ou venda de património. Portanto é natural ser assim como está a acontecer no nosso município.

O pavilhão, enfim. Eu acho que este documento também tem que dar novidades, não é!?! Pronto foi o Francisco Picado o primeiro a falar sobre esta matéria não foi nenhum jornalista. Parece mesmo que mais ninguém estudou. Eu dei uma conferência de imprensa e podia ter sido eu a falar.

Mas olhem, há mais novidades que ainda não falámos. Há mais. Essa é apenas uma delas – queremos fazer um pavilhão desportivo municipal. Temos ideias claras, vamos trabalhar, pensá-lo, projetá-lo, assentar a nossa ideia em termos de localização e criar as condições para a sua execução.

No Turismo responder positivamente à pergunta que fez. A grande parte das nossas operações são na CIRA. Grande rota da Ria de Aveiro; Produto Turístico Integrado; Programação Cultural em Rede. São três projetos que valem no seu somatório um bocadinho mais de um milhão e meio de euros e que têm de facto uma importância enorme para as nossas promoções de valorização de património, mas também olhando à conquista turística onde o nosso mapa de eventos especiais tem um lugar muito especial. Temos um grupo rico (também não falámos disso) que já temos e que está no mapa, mais o que vamos adicionar, nomeadamente a ova AgroVouga.

Mas o Turismo em Aveiro hoje é muita coisa. É o Teatro Aveirense; são os Museus; são os eventos na Cultura com acento particularmente diferenciador, e no Turismo. Está aqui também o Museu da Terra em Requeixo. Estão aqui operações em São Jacinto. Olhem, chegou o Visto para a obra de requalificação da Reserva das Dunas de São Jacinto.

Portanto há uma abordagem marcadamente municipal. Alguns é que só olham para os moliceiros a andarem nos canais porque não saem daqui. Nós não. Nós vivemos o município na sua plenitude.

Dizer ainda. A maior parte das notas do parecer do PAM vão ficar tratadas quando lhes mandarmos a Conta e a primeira revisão orçamental. E nós sabemos disso e o FAM também sabe disso. As coisas são vistas, são claras, sabe-se fazer análise financeira. E portanto é assim que vai acontecer.

Eu não vou repetir-me sempre, se não começo a ser chato e maçador e não gosto. Tenho de falar muito para vos responder e estar sempre a repetir a mesma coisa, não. Mas vou repetir pela última vez. É nosso objetivo político, assumido há muito tempo, que a nossa taxa de IMI para que o município faça duplamente o pagamento e a sua recuperação financeira da sua dívida e uma capacitação para prestar serviços de qualidade e investimentos, a nossa taxa objetiva é 0.4% ponto parágrafo.

Ao abrigo da lei de Orçamento de Estado, hoje promulgada pelo Presidente da República, aquilo que ela diz de forma clara é que isso vai ser possível desde que o município, no quadro de uma revisão formal do seu programa de ajustamento municipal, demonstre que tem capacidade para cumprir as obrigações do programa do PAM com essa taxa de IMI.

A nossa aposta. Sim, vamos continuar a gerir bem a Câmara e iremos fazer essa demonstração e depois a nossa aposta tem de ter a validação da Direção do Fundo. Hesitação, zero. Absoluta determinação para manter fixado esse objetivo e conseguir juntar as peças para o concretizarmos.

Ângela Almeida quero dizer que, as opções do PEDUCA para Esgueira estão assumidas e estão em desenvolvimento. A componente do Centro Histórico, estamos à espera da terceira versão e vamos abrir a discussão só agora porque as outras eram muito imaturas. Mas outras operações, nomeadamente a qualificação do túnel e da rotunda para servidão de acesso às chamadas avenidas novas.

Ao Casimiro Calafate quero dar-lhe nota de que esse cuidado para gerir os abatimentos em obras mal feitas em pavimentos de cubo de granito, a nossa maior obra dessa natureza já está em plena execução, que é a rua da Maritona na freguesia de Oliveirinha e vamos seguir. A nossa priorização da rede viária é das piores para as menos más. Vamos continuar, essa é a nossa regra, e temos dado bem com ela.

Ao Filipe Tomás queria apenas adicionar áquilo que disse que vamos continuar a comunicar bem com os cidadãos. Sejam os incómodos das obras, sejam as notícias das inaugurações. Vamos continuar a ter essa atitude próxima, presente, n discussão dos problemas. E da comunicação dos inconvenientes das obras e das vantagens quando elas acabam e festejar a sua finalização.

Ao Henrique Diz agradecer as várias referências que ajudaram muito. E lembrar que defendemos nos municípios a recuperação financeira que perdemos em centenas de milhões de euros com o PECEI, com o PECII, com o PECIII, com as medidas tomadas no tempo da Troika. Mas também o que não conseguimos recuperar com a lei das finanças locais que não se cumpriu, nem com o orçamento de Estado de 2016, nem com o orçamento de estado de 2017, nem se vai cumprir com a proposta quase lei do orçamento de estado para 2018. Muto obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[040](#)

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu queria deixar muito claro que a minha referência à mentira, foi uma referência enquadrada num conjunto de hipóteses.

Portanto, a hipótese de o Senhor Presidente de estar a mentir à Assembleia era uma entre várias hipóteses e portanto, trata-se a possibilidade de retórica e não nenhuma vontade de ofender o de afirmar conscientemente e deliberadamente. Sei bem, estou a falar para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Não estou a dizer que conscientemente e deliberadamente está a mentir à Assembleia. Nada disso. Mas que o Senhor Presidente por vezes reage (e eu gosto de o ver reagir porque é sinal que talvez tenha acertado na mouche).

Mas eu queria dizer uma coisa. Eu não tenho receio que a Polícia Judiciária esteja ali à minha espera por ter dito alguma coisa sobre a assembleia de apuramento geral.

A Assembleia de Apuramento Geral é um acto público a que podem assistir os eleitores, não é nenhuma sessão reservada a meia dúzia de pessoas e eu não disse que o eleitor x escreveu isto ou que o eleitor y escreveu aquilo. Foi uma referência absolutamente genérica para relativizar, para relativizar, aquilo que a percepção ou para dar a entender a percepção de que alguns podem ser minoritários (são minoritários) têm relativamente à ação do Município.

E Senhor Presidente nunca me viu colocar a legitimidade democrática de quem foi eleito em causa. Escusam de estar sempre a referir que as eleições foram agora e que foram os eleitos...eu sei, eu sei disso.

Sabemos perfeitamente quais foram os resultados das eleições. Agora a questão substancial que é saber se a dívida está a baixar ou não, ela não é uma questão despicienda.

O Senhor Presidente, como disse, se acha que a situação é tão relevante, que ponha em destaque na Comunicação, na introdução deste documento das GOP, diga, finalmente baixámos a fasquia dos 100 milhões de euros. É o Senhor Presidente que escreve. Não fui eu. Tal como, são os documentos da “sua” Câmara que me dizem o contrário.

As Contas de 2016, note as Contas de 2016, têm na sua página 65 salvo erro, a referência da Dívida a Terceiros de 100 milhões de euros.

A informação prestada a esta Assembleia para esta sessão da Assembleia Municipal, sobre a situação financeira, fala em 106 milhões de euros a 30 de Novembro!? Então, de 100 para 106, há um aumento de 6% da dívida em ano eleitoral.

Portanto Senhor Presidente, mantenho aquilo que disse, não altero nada. Tenho dito.”

Vogal João Miguel Silva (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[041](#)

“Antes de mais boa-noite a todas e a todos os parlamentares e à Mesa.

Só duas notas. Primeiro é que “demagogia” é o discurso de que a população viveu acima das suas possibilidades ou que se gastou mais dinheiro do que aquele que se tinha. E por consequência foi necessário aplicar cortes e medidas de austeridade nos serviços públicos. Isso sim é demagogia, tal como os últimos anos mostraram que essa linha política falhou em todo de todo o lado em que foi aplicada.

Segundo, o partido que o Presidente Ribau Esteves apoia, o PSD, votou recentemente contra uma proposta do Bloco de Esquerda que baixava ou que pretendia baixar o limite do IMI para a primeira habitação para 0.04% o IMI a máximo.

Portanto é preciso ter um bocadinho mais rigor na intervenção pública e principalmente num órgão que merece dignidade como a Assembleia Municipal de Aveiro. Muito obrigado.”

Vogal Raúl Martins (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[042](#)

“Muito brevemente. Queria dizer que (e porque foi aqui falado) o Doutor Alberto Souto deixou uma dívida grande. É verdade.

Algumas vezes não concordei aqui com ele por causa dos investimentos que fez. Também é verdade.

Mas é bom que se entenda que se Aveiro é hoje uma cidade capaz e em que apetece viver e visitar, foi devido às suas obras.

O tempo do Dr. Élio Maia a única coisa assim e relevo que fez foi acolá a ponte dos passarinhos.

Agora um aumento de quase 16 milhões em Aquisições de Bens e Serviços e Despesas Correntes — é muita roupa, Senhor Presidente. Desculpe lá, mas ou eles andavam muito nus ou, de facto, é muita roupa.

Quanto à descida do IMI, se nós tivermos como exemplo o tempo (e como parâmetro o tempo que demorou aprovar os PAMs — agora com a sua revisão do PAM devemos ter descida de IMI lá para o ano 2040.

O que eu gostava é que pusessem os olhos naquilo que aconteceu no país. Vocês diziam que vinha o diabo, que não se obteriam resultados e nem sei quantas mais, e afinal o diabo não veio. O que veio foi crescimento, o que veio foi uma diminuição de dívida, o que veio foi menos défice. E como vê, de uma outra forma, que não sei se mais correta se menos correta, mas que resultou. A outra, a do Passos Coelho, não resultou. Eu era nisso que eu queria que o Senhor Presidente pusesse os olhos.”

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[043](#)

“Senhor Presidente. O Senhor Presidente da Câmara, sei que é uma característica sua, que até aprecio devo dizer, fala muito e bem. E bem, na forma de oratória etc, e fala normalmente, acaba por um pouco, peço desculpa, não é, não é no termo (não leve isto a mal) que o objetivo não é injuriar ou apoucar. Mas acaba por cansar. Porque vai falando tanto, tanto, tanto, — não estou a dizer que não diga as coisas que tem de dizer e que tem de esclarecer, porque está aí a ouvir a Assembleia Municipal durante o seu tempo, e é normal, os deputados fazem-lhe perguntas e depois o Senhor tem que fazer os seus esclarecimentos.

Mas o que é certo é que depois vai gastando o tempo de tal forma (às vezes até repetindo as coisas, repetindo as coisas) e eu vou encadeando e vou ouvindo. Enfim é o estilo. Mas depois não responde às questões essenciais Senhor Presidente! És as que passa ao lado. Por exemplo a questão que foi colocada pelo António Salavessa passou-lhe ao lado na sua resposta. Tanto é que teve de voltar a fazer a pergunta ao deputado António Salavessa. Então em que é que ficamos? Pergunto eu porque também fiquei aqui a pensar. E na Sessão passada também a mesma coisa. Foi claramente aqui dito pela bancada do PS ou aventado de que haveria um Plano para a Avenida com três rotundas — e eu estaria aqui à espera, e depois respondeu a muitos esclarecimentos, fez grandes exposições, grande oratória, mas não respondeu a essa parte.

Fique sem saber porque estava à espera que o Senhor Presidente negasse perentoriamente que isso não passaria de um boato. E, portanto, não haveria as três rotundas.

Portanto ficamos às vezes sem saber. Gosto muito de ouvir, gosto muito de ouvir, mas fico sempre com a sensação que vai falando daquilo que quer (inteligentemente, ponto de vista político, acho muito bem), mas o que é certo é que cave à oposição fazer o trabalho. Quando a oposição vem falar sobre o IMI, mesmo sabendo que a lei só vai ter os critérios depois, é para garantir o compromisso do Senhor Presidente da Câmara, como fez agora. É esse o objetivo da oposição como é evidente.

O Senhor Presidente poderá dizer assim: eu sempre tive essa premissa. Foi isso que apresentei. Mas é o nosso propósito e o Senhor Presidente assim garantiu aqui publicamente, mais uma vez aos aveirenses que vai fazer a revisão do PAM, necessariamente cumprindo os critérios da Lei para fazer a baixa do IMI. E essa é que é, essa que é a grande questão, essa é que é a perspetiva da oposição Senhor Presidente — e não tem nada a ver com isso nem quero nada a discutir passado.

Eu quero discutir o futuro. E o Presidente tem muita coisa nas Grandes Opções do Plano que apresenta, e no orçamento, e foi aqui que ouvi três ou quatro intervenções todas a congratularem-se, toda a gente muito satisfeita. Vamos a isso.

O problema é que depois quando chega aos instrumentos de planeamento, que deviam informar o que são as Grandes Opções do Plano, ficamos com a ideia que o Senhor Presidente é inteligente na forma como faz a gestão da Câmara, não direção política da Câmara, a sua gestão política da Câmara e do seu executivo, mas não tem um plano para a cidade, um plano para o concelho.

E é preciso, é preciso, perceber e desenvolver uma ideia para o município. Não chega governar à vista, por mais e fazer uma grande defesa, ainda que bem defendida, com boa oratória e um bom argumentário político, porque isso depois é insuficiente para o que é o futuro dos Aveirenses.

Se atentarmos ao Turismo, eu ouvi todo o investimento que fez e bem, todo o dinheiro que conseguiu através da CIRA para investimento no Turismo — é decisivo e importante para o município. Mas, por exemplo, em relação às lojas do Mercado Manuel Firmino que é mais uma coisa comezinha, vieram-me dizer munícipes que fizeram requerimentos para

lançarem as lojas a concurso, que estão abandonadas numa zona nevrálgica da cidade e não há resposta da autarquia. E já lá vão alguns tempos, já lá vão os tempos! Isso sim, é uma medida pequena, mas garanto-lhe que era verdadeiramente importante para o Turismo.

Era esta a exposição que lhe queria fazer, para lhe explicar qual é qual é a posição da oposição, as perguntas que faz e os esclarecimentos que merece receber.”

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰⁴⁴

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁴⁵

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁶

“Duas notas simples. A primeira para dizer que é verdade famílias a saírem da isenção. Mas também é verdade que há gente a sair do não pagamento para o pagamento. Tem sido uma descoberta surpreendente, especialmente nas áreas empresariais. E portanto, nós vamos ter este jogo duplo de por um lado a redução que tivemos este ano do 0.5% para o 0.45% e em 2019 a passagem do 0.45% para 0.4%, mas a receita, com o fim de isenções e também com a entrada no pagamento de situações de não pagamento.

Enfim, mas eu queria terminar com uma nota final de agradecimento a todos no debate. Pareceu-me claro naquilo que foram os apoios e especialmente naquilo que foram a não apresentação de qualquer tipo de proposta alternativa ou crítica objetiva, para as opções de execução que nós temos — e são muitíssimas nas várias áreas de atividade municipal e que temos um bom documento.

Que temos um Plano que, tem uma expectativa de execução obviamente, como qualquer Plano, mas que temos um ponto de partida bom. Exigente, seguramente, que obviamente nos motiva, para a sua execução. Porque o que queremos é chegar ao fim do ano e termos um nível muito alto da sua execução.

O que quererá dizer, ter-mos dado um contributo muito importante para prosseguir o caminho que estamos a seguir de elevação da qualidade de vida dos nossos concidadãos. De aumentar a qualidade do desenvolvimento e a intensidade daquilo que estamos a desenvolver e também a atratividade do território para investidores, para consumidores de várias naturezas.

E portanto, quero deixar essa nota à Assembleia Municipal e deixar também o agradecimento público, agora no término do debate, a toda a equipa que comigo elaborou este documento. Os Vereadores, as chefias, o envolvimento muito profundo de toda a estrutura da Câmara, com primeiro assento nos colegas da Divisão Administrativa e Financeira que coordenam este processo em termos técnicos e obviamente garantir a todos que faremos bom uso da aprovação deste documento pela Assembleia Municipal. Executando com intensidade de forma a que possamos atingir um elevado nível de execução. E isso quererá dizer que cumprimos com lealdade o compromisso que assumimos com os nossos concidadãos e daremos a isso seguimento no ano de 2019 e nos anos seguintes do mandato para o qual assumimos responsabilidades. Muito obrigado.”

(Entretanto, saiu da sala o Vogal Jorge Miguel da Rocha Gonçalves)

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰⁴⁷ o Ponto 3 – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2018, sendo aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor (PSD16+CDS6) duas abstenções (PAN1+PS1) e doze votos contra (PS9+PCP1+BE2).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal António Salavessa (PCP):[048](#)

“Votámos contra as GOPs e Orçamento, porque no que concerne a obra a realizar, as mesmas pecam por algum irrealismo sem definição clara do que é prioritário e do que é possível.

Votámos contra porque face à realidade dos números orçamentados, constatámos que continua a política de arrecadar o essencial das receitas indo diretamente ao bolso dos Aveirenses, mediante a políticas fiscais locais desadequadas da realidade e manifestamente exageradas.”

Vogal Virgínia Matos (BE):[049](#)

“Eu gostaria de solicitar que a minha intervenção no ponto fosse a declaração de voto.”

Vogal Francisco Picado (PS):[050](#)

“Votamos contra este Orçamento por duas ordens de razão. Do ponto de vista das GOPs parece-nos que falta claramente consistência no conjunto das GOPs apresentadas. Do ponto de vista do Orçamento o Partido Socialista entende que o mesmo deveria estar muito mais orientado para a antecipação da resolução do PAM de forma a aliviar a carga fiscal imposta aos Aveirenses.

Vogal Rui Alvarenga (PAN):[051](#)

“Obrigado Senhor Presidente. O PAN absteve-se porque é de facto o ano zero da representação do PAN na Assembleia Municipal e estas discussões e estas análises destes documentos vêm transferidas muitas discussões e matérias do passado para o presente. O PAN não esteve nos exercícios anteriores, mas não olha para este documento com discordância. Não temos profundas discordâncias relativamente ao documento. Queria cumprimentar o executivo por ter consignada pela primeira vez a questão dos animais de companhia no Orçamento para 2018. No entanto existe aqui ainda algumas superficialidades que fazem com que tenhamos algum cepticismo relativamente à execução do Orçamento, não só nesta área como noutras áreas.

Particularmente nesta rubrica, sentimos que há aqui uma superficialidade nos números, parecem-me escassos, para aquilo que é o plano de intervenção do município nesta área. Não vislumbramos o apoio direto às associações como referiu. Pode ser um equívoco meu na leitura dos documentos, mas não estão lá consignados os apoios diretos às associações, estão lá outras medidas, mas não está lá que vai apoiar diretamente as associações de proteção animal.

Também vemos alguma superficialidade naquilo que consigna de âmbito Cultural. A Câmara aparece excessivamente como programadora, mas depois não clarifica a sua ligação com os reais programadores, portanto com os agentes culturais que são os manifestos produtores de cultura. No Turismo vemos uma centralidade. Fala-se muito na cidade, na cidade, na cidade. Os presidentes de junta aparentemente estão satisfeitos com a verba que têm, mas eu gostaria que a Câmara se focasse mais também no âmbito do Turismo e da Cultura. Gostaria apenas de dizer que nos abstivemos por estes motivos, mas de uma forma geral não estamos profundamente em desacordo com o documento. Obrigado.”

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD):[052](#)

“O Partido Social Democrata vota a favor dos documentos porque entende que eles representam a continuação da recuperação da imagem e da situação financeira da

Câmara. E por outro lado, porque se traduzem numa melhoria das condições de vida dos Aveirenses.”

(Reentrou na sala o Vogal Jorge Miguel da Rocha Gonçalves)

Ponto 4 – Apreciação e votação da proposta da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2018.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião ordinária pública, realizada em 07/12/2017, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuído a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida, o Presidente da Mesa⁰⁵³ no seguimento da declaração feita pelo Presidente da Câmara no ponto anterior, de que não iria fazer mais qualquer introito aos pontos em apreciação, deu a palavra aos deputados.

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP)⁰⁵⁸

Vogal João Miguel Silva (BE)⁰⁵⁹

Presidente da Mesa⁰⁶⁰

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰⁶⁴

Vogal Francisco Picado (PS)⁰⁶⁶

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)⁰⁶⁷

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁶⁸

“Muito obrigado. Muito obrigado a todos. Deixar claro aquilo que é o seguinte. O Bloco vota sempre contra, faz como quiser, mas vamos ser rigorosos para não baralhar as pessoas. O rigor é uma coisa útil. A lei em vigor tem como taxa máxima em municípios FAM como o Município de Aveiro 0.5%. E como taxa mínima possível 0.45% e a proibição de termos IMI familiar. Ponto final parágrafo.

A lei que vai entrar em vigor agora já sabemos que vai entrar em vigor no dia 1 de Janeiro, vai-nos criar as condições legais de base para nós podermos vir a acionar o 0.4. Assim como a Lei do Orçamento de Estado de 2017 nos criou as condições de base de podermos ter passado do 0.5 para 0.45. Foi uma opção política nossa, mas aproveitando as condições legais que foram criadas. Isto é assim. O resto é ignorância ou má-fé de natureza objetiva e participativa. E nem me interessa se é uma coisa se é outra. Só para que não haja dúvidas para ninguém esta é rigor absoluto a realidade que temos e a realidade que vamos passar a ter com a entrada em vigor da lei do Orçamento de Estado de 2018.

Não vou conseguir responder à sua pergunta de em novembro o Orçamento era de 10 milhões e agora... não percebi a pergunta porque não há nenhum Orçamento de novembro.

Quería só dizer o seguinte. A lei FAM que está em vigor é uma lei publicada em Agosto de 2014. Que foi inventada pela maioria parlamentar anterior por proposta do governo e que foi executada. E que até hoje se mantém em vigor porque a atual maioria parlamentar ainda não mudou a lei. Inclusivamente desonraram a propria lei de orçamento de Estado que aprovaram, porque é a lei do Orçamento de Estado de 2017 que define a alteração da lei FAM. Mas não o fizeram! E portanto a lei que está em vigor é a lei criada pelo governo anterior, mas que não foi alterada pelo governo actual nem pela sua maioria parlamentar, é a lei o atual governo que determina e que nós como município FAM temos de dar

cumprimento. Portanto essa a matéria objetiva. O resto enfim são deambulações democraticamente aceitáveis, mas marginais àquilo que é o exercício objetivo da realidade.

Em relação às majorações explicar-lhe o nosso racional. Tem razão no que disse: nós podemos ir até 30% a nossa proposta é 10%. O exercício que vamos poder executar agora é dentro da área da ARU e vamos poder implementar formalmente os 10% porque temos o levantamento determinado. Fora ainda não o vamos conseguir porque ainda não temos o levantamento determinado. Está em desenvolvimento, mas só quando estiver terminado é que o podemos fechar formalmente e comunicar à Autoridade Tributária.

Qual foi o nosso raciocínio. Nós estamos numa fase em que nos interessa muito promover e incentivar a reabilitação urbana muito. Atingimos níveis de degradação relevante em várias áreas e houve um tempo de grande investimento no nosso município, mas que foi feito em zonas novas e não em edificado existente. Neste momento felizmente por moda, por incentivos legais, pelo estímulo dos fundos comunitários, etc. estamos a assistir numa aposta forte na reabilitação.

Qual foi o nosso racional que o mantemos. Nós queremos continuar a estimular a reabilitação e por isso todo um vasto conjunto da lei nacional e das leis municipais para benefícios fiscais, no IMI, no IMT, nas taxas de ocupação do espaço público, e ao mesmo tempo criarmos uma pressão negativa. A nossa lógica é nesta fase pressionar com incentivos. Não deixando no entanto de parte uma pressão sancionatória, digamos assim. Mas entendemos que deve ter alguma coerência, fundo é dizer a toda a gente: está aqui um benefício fiscal para toda a gente. Mas quem não for lá vai perder mais porque vai ter um ónus de IMI. Se fizerem uma análise um investimento de reabilitação urbana que cumpra as regras dentro da ARU tem muito mais de ganho em IMI, que vai em 5 anos numa taxa progressiva até 100%. E portanto o ganho que ele tem se fizer o investimento de reabilitação em IMI é muito superior aos 10%.

A leitura é, quem faz mesmo com o pagamento dos 10% vai poupar muito no IMI quem não faz vai agravar 10%. Foi este racional que nós seguimos.

Entendemos que se fôssemos para a taxa máxima (é incompreensível o Bloco que é sempre a favor de taxas mínimas aqui quer taxas máximas), alguma gente que tem habitação como tem são famílias que faliram. É gente que perdeu capacidade financeira de fazer. Mas isso não interessa ao Bloco de 30% para cima. Nós achamos que isso era pesado demais.

Outra coisa que achamos é pesada de mais e que está na ANMP é o IMI adicional. Que o entendemos um escândalo. O governo criou pela lei de orçamento de estado para 2017 e repetiu da lei de 2016 uma coisa notável. Os imóveis com valores superiores a 600 mil euros pagam um IMI adicional. Mas olhem, sendo IMI e o M de IMI é municipal, essa receita é para financiar a segurança social. Inacreditável. Mas é assim que está na lei. E seguramente se vai cumprir em 2018. Até a Câmara Municipal de Aveiro e outras, isenta de IMI, ao abrigo da Lei não está isenta de IMI adicional. Alguns colegas meus negaram-se a pagar. Vamos ver agora o que vão levar de “porrada” pela Autoridade Tributária. E nós de um imóvel que temos e tem esse valor, está no mercado imobiliário, pagámos 53 mil euros de IMI adicional este ano com a lei que a maioria parlamentar aprovou.

Portanto são as notas de contradição que nós temos a este nível. E depois de falar com alguns colegas, por exemplo o Presidente da ANMP que se negou a pagar. E eu às tantas pensei “o Manuel Machado é que tem razão e eu não segui esse caminho”. Entendemos, pois somos município FAM e temos uma pressão mais forte sobre nós e achamos que devíamos pagar e agora fazer o protesto. Político já está. O documento aprovado no Congresso é particularmente clara contra isto. O governo quer este imposto tem o direito de o ter — não lhe chame é IMI. Chama-lhe o Imposto Adicional Sobre Património, mas

IMI não. Porque os cidadãos quando houve IMI adicional, acham, naturalmente, que as pessoas não leem o Orçamento de Estado, que o IMI é uma receita da Câmara, mas este não é. Os nossos 53 mil euros que nós pagamos — com alegria se fosse uma receita municipal, mas não pagamos com alegria porque vai financiar a Segurança Social, que é uma coisa que não cabe na cabeça.

Não discuto o critério, o governo legitimidade para criar os impostos que muito bem entender, embora eu seja contra este mas para o caso não interessa nada. Chamar-lhe IMI é que é um ato político da mais elevada incorreção que induz nos cidadãos uma conclusão errada.

Francisco Picado. Eventualmente há um equívoco nas suas palavras. “o que é que aconteceu e o que vai acontecer”. Nós fizemos uma revisão ordinária dos índices de localização em 2014. Que se aplicou por uma Portaria assinada já pelo novo governo e que aplicou em 2015/16/17. E estamos a abrir um novo processo de revisão ordinária (estamos, o país, porque isso é um mecanismo do ministério das finanças). Portanto tivemos um que reduziu alguns índices de localização e agora vamos ter um segundo processo que já o estamos a preparar.

E na proposta da ANMP lá está também claramente que quem deve mandar nos coeficientes de localização devem ser os municípios e não o Ministério das Finanças. Mas para já ainda não tivemos vencimento. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa⁰⁶⁹

Membros da Assembleia

Vogal Virgínia Matos (BE)⁰⁷⁰

Vogal Francisco Picado (PS)⁰⁷¹

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰⁷² o Ponto 4 – Apreciação e votação da proposta da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2018, sendo aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor (PSD16+CDS6) uma abstenção (PS1) e treze votos contra (PAN1+PS9+PCP1+BE2).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal António Salavessa (PCP):⁰⁷³

“Embora reconheça que do ponto de vista legal, dificilmente a votação seria de outra forma, ou melhor, dificilmente a proposta seria de outra forma. O nosso voto contra marca a nossa discordância face a todo um percurso, não se esgotando naquilo que é apresentado hoje à Assembleia.”

Continuando, o Presidente da Mesa da Assembleia colocou à consideração da Assembleia a discussão⁰⁷⁴ em conjunto dos pontos 5,6,7,8, e depois fazer a votação em separado, tendo merecido a anuência dos deputados.

Presidente da Mesa⁰⁷⁴

Vogal Raúl Martins⁰⁷⁵

Continuando, o Presidente da Mesa da Assembleia colocou à consideração da Assembleia a discussão⁰⁷⁷ em conjunto dos pontos 5,6,7,8, e depois fazer a votação em separado, tendo merecido a anuência dos deputados.

Ponto 5 – Apreciação e votação da proposta de Derrama 2018;

Ponto 6 – Apreciação e votação da proposta de Participação variável no IRS – Ano 2018;

Ponto 7 – Apreciação e votação da proposta da Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2018;

Ponto 8 – Apreciação e votação da proposta de Atualização de Taxas - RUMA (Regulamento Urbanístico do Município de Aveiro) e RMTOR (Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas).

(As deliberações tomadas pela Câmara Municipal na reunião ordinária pública, realizada em 07/12/2017, sobre os assuntos em epígrafe, foram distribuídas a todos os membros desta Assembleia e fazem parte do original desta acta, em anexo).

De seguida, o Presidente da Mesa no seguimento da declaração feita pelo Presidente da Câmara no ponto três, de que não iria fazer mais qualquer introito aos pontos em apreciação, deu a palavra aos deputados.

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁷⁸

“Senhor Presidente, primeiro que tudo eu queria chamar a atenção de uma questão que aparentemente é metodológica, mas que acaba por ser política.

Nas sessões anteriores da Assembleia Municipal sempre que se chega a esta altura do ano discute-se primeiro o pacote fiscal e depois o plano e orçamento. Porque este plano e orçamento é fundamentado, os seus números estão fundamentados, naquilo que nós estamos a discutir e a votar agora. Foi assim que se fez o ano passado e há dois anos. Primeiro o pacote, depois o Orçamento em função do pacote.

Foi assim e faz todo sentido. Se preveem uma receita do IMI e depois, obviamente podem fazer alterações, mas a lógica do processo não é essa.

Segundo isso evitava essa situação de que, como temos reunião apenas na quarta-feira seguinte, já não era feita a comunicação em tempo útil da questão do IRS em que a Câmara tomou uma decisão.

Ora 5% do IRS que é cobrado pelas pela autarquia, neste conjunto de pontos, a posição do PCP é conhecida. A Derrama, IRS, têm-se tornado pouco a pouco regular, não tenho grande oposição porque incide sobre o IRC, quem não tem lucro não paga portanto adiante.

Direitos de passagem nós votamos, mas depois as operadoras fazem refletir o valor do imposto na factura de cada cidadão, portanto acaba por ser uma decisão que cai sobre nós próprios. É uma tristeza mas é a realidade.

Agora o que eu não compreendo é que a Câmara tendo tanta pena de não poder reduzir o IRS, tendo oportunidade de devolver, ou melhor não cobrar na coleta dos contribuintes a totalidade daquilo que pode ir buscar (os 5% que vai buscar) para as receitas municipais, podia prescindir do todo ou da parte e isso era benefício para os aveirenses.

Não é o mesmo imposto dir-me-á. Mas a maior parte das pessoas que paga IMI paga IRS. Nem todas as que pagam IRS pagam IMI, mas era um benefício que ficava nos bolsos, quando a Câmara argumenta que se pudesse baixava o IMI.

Portanto há aqui uma contradição evidente entre duas situações. Se a Câmara dissesse OK vamos dividir isto a meio. 2.5% para o contribuinte, 2.5% vem para a Câmara. Mas não. É tudo para a Câmara zero para o contribuinte. Voto contra.”

Vogal Virgínia Matos (BE)⁰⁷⁹

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[080](#)

“Senhor Presidente, muito brevemente, para explicar que a votação do PS em relação a estes pontos já foi mais que explicada quer na discussão anterior, quer na própria discussão que existiu na Câmara Municipal pelos nossos Vereadores, inclusive com um comunicado próprio emitido pelo Partido Socialista. E portanto é mais que clara o sentido de voto que vamos ter na votação.

A segunda para dizer da Taxa de Direitos de Passagem, que é uma taxa que para o município de Aveiro deve ser para ai cerca de 18 mil euros, penso que não será muito significativo.

Curiosamente dizer que essa taxa custa mais dinheiro às operadoras pelos custos operacionais de a pagarem. Porque é preciso ter uma estrutura completa para fazer e para perguntar município a município qual é a taxa porque depois os municípios não publicitam isso. É a sensação que eu tenho, mas está é o que é. Eram estas as notas que queria prestar.”

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[081](#)

“Senhor Presidente é só para lhe confirmar que com a coerência com o facto de termos votado a proposta de Orçamento, votaremos favoravelmente todas as propostas que aqui estão.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[082](#)

“Muito obrigado. António Salavessa nós não podemos fazer aquilo que propõe. Bastava saber se podendo o faríamos ou não? Com certeza. E acho isso um exercício dialéctica possível e interessante.

Aquilo que estamos a fazer é o estrito cumprimento das obrigações que temos como município FAM. Os nove municípios FAM, as decisões que vamos tomar são iguais em matéria de tributária. Igual. Nós estamos impedidos de devolver em todo ou em parte os tais 5% de IRS. É assim.

Se nós o quiséssemos fazer, como no IMI familiar, propúnhamos, eles chumbavam, e siga. Portanto não propusemos porque sabemos previamente que não é possível. A lógica da lei é esta. Isto é discutível nalgumas matérias e noutras não há discussão possível. O que a lei FAM diz é que são passíveis de exercer isenções previamente aprovadas pelo Fundo, desde que se reconheça o impacto socioeconómico relevante. Portanto quando licenciámos uma unidade industrial e queremos isentá-la da taxa de licenciamento, quarenta, cinquenta, cem mil, nós propomos ao Fundo e justificamos. “olhem nós queremos isentar esta taxa porque com este investimento queremos criar X postos de trabalho”. Isto é há uma relação directa dessa isenção com a dimensão socioeconómica.

No IMI familiar nós fizemos esse exercício argumentativo, que eu até acho interessante, mas não consegue ser objetivo dessa natureza. Porque não há uma ligação linear e directa entre o IMI familiar, o crescimento da taxa de natalidade e a indução da atividade económica. Todos temos consciência disto. Não é o IMI familiar que vai induzir as famílias a terem mais filhos — todos temos consciência disto.

E no IRS a participação dos 5% vem aqui também de forma directa. O argumento seria parecido. Pronto, devolvendo o IMI as pessoas têm mais um bocadinho de recursos para aumentar o consumo. O consumo ajuda a fixar, mas de facto é uma via excessivamente indirecta. Mas são estas as regras.

Quanto ao Partido Socialista não percebi se vai votar contra ou a favor. Também não interessa. Mas obviamente votar contra é votar contra a lei que o próprio governo do Partido Socialista continua a sustentar e a própria maioria parlamentar. Porque não houve, lamentavelmente, não houve nenhuma alteração à Lei FAM.

Mais, o projeto de Lei de alteração das Finanças Locais, colocado em cima da mesa com a ANMP, no passado dia 7 de dezembro, tem essa coisa notável que é indicar o fim dessa coisa do mecanismo FAM e a criação de um novo mecanismo de recuperação financeira de Câmara Municipais a definir em Decreto-Lei. Ficámos a saber exatamente o mesmo. E isto é o que temos. Portanto, contra ou favor é tudo legítimo. Neste momento estamos obrigados pelos nossos compromissos FAM a ter este quadro fiscal que aqui está proposto.

Só mais uma nota em relação ao que disse o Pires da Rosa. Isto às operadoras não lhes dá trabalho nenhum. Está numa fórmula pequenina, no sistema de emissão de faturas e aquilo siga, não tenha pena delas.

Eu tenho pena é da taxa ser tão baixa e deles nos causarem tantos problemas no espaço público — isso é que tenho pena.

Só há uma entidade em Portugal que paga taxas com valores correctos que são as operadoras de redes de gás natural. Aquilo que se passa com as telecomunicações aquilo é uma vergonha. Mas há uma verdade e continua a ser verdade hoje. Ainda ninguém quis mexer em termos da dimensão financeira do valor da taxa. Sabemos que as empresas de telecomunicações são sempre uma entidade importante na Pátria.”

(Entretanto, saiu da sala o Vogal Raúl Ventura Martins)

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰⁸³ o Ponto 5 – Apreciação e votação da proposta de Derrama 2018, sendo aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor (PSD16+CDS6) cinco abstenções (PAN1+PS1+PCP1+BE2) e nove votos contra (PS9).

De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁸⁴ o Ponto 6 – Apreciação e votação da proposta de Participação Variável no IRS - ano2018, sendo aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor (PSD16+CDS6) duas abstenções (PAN1+PS1) e doze votos contra (PS9+PCP1+BE2).

Continuando, o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁸⁵ o Ponto 7 – Apreciação e votação da proposta da Taxa Municipal de Direitos de Passagem - ano 2018, sendo aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor (PSD16+CDS6) duas abstenções (PAN1+PS1) e doze votos contra (PS9+PCP1+BE2).

Depois, o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁸⁶ o Ponto 8 – Apreciação e votação da proposta de Atualização de Taxas - RUMA (Regulamento Urbanístico do Município de Aveiro) e RMTOR (Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas), sendo aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor (PSD16+CDS6) três abstenções (PAN1+PS1+PCP1) e onze votos contra (PS9+BE2).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal António Salavessa (PCP):⁰⁸⁷

“Dado que a Derrama é um imposto que incide fundamentalmente sobre os lucros e os lucros não têm a ver com a dimensão das empresas. Há pequenas empresas com lucros e

grandes empresas que miraculosamente quase não apresentam lucros, daí a nossa posição de abstenção é a mais adequada.

Votámos contra a proposta de não devolução aos munícipes de uma parte do IRS, dado que apesar da argumentação da Câmara, para mim não resulta evidente que tenha sido esclarecido cabalmente se era possível ou não.

Votámos contra os direitos de passagem porque desde sempre temos a posição de que esta taxa a existir devia ser paga pelas operadoras e não cair sobre os munícipes.

E abstivemo-nos na atualização das taxas dado que é apenas uma atualização de acordo com o coeficiente da inflação.”

Vogal Francisco Picado (PS):[088](#)

“Obviamente que tendo consciência das obrigatoriedades da lei, a nossa votação baseia-se no facto destas taxas serem fundamentadas nas GOPs que foram apresentadas e, portanto, mantemos o nosso voto contra.”

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD):[089](#)

“O voto a favor do PSD resulta do facto de primeiramente estar de acordo com o Orçamento apresentado e em segundo lugar de elas corresponderem às obrigações legais da Câmara Municipal.”

(Reentrou na sala o Vogal Raúl Ventura Martins)

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando qualquer oposição.

Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a ata em minuta aprovada[090](#) por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

Continuando, o Presidente da Mesa[091](#) deu por encerrada a segunda reunião da Sessão Ordinária Dezembro, informando que a próxima reunião da sessão será no dia 27 de Dezembro (4.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 00:45 horas do dia 23 de Dezembro de 2017.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal do núcleo do Gabinete de Apoio aos Eleitos Locais, que a elaborei nos termos legais.

(04:15)